

Plano Municipal da Educação

Secretaria Municipal de Educação
SEMED



PREFEITURA DE
ESPIGÃO DO OESTE

Trabalhando para todos!

2011 a 2020

Célio Renato da Silveira
Prefeito

João Bueno da Fonseca
Vice-Prefeito

Helena Donini da Costa
Secretária Municipal de Educação

Adelciy Romlo
Diretora de Divisão de Administração Escolar

Leonina Rodrigues Moreira de Souza
Diretora de Divisão de Educação e Administração Pedagógica

Selma Gonçalves Cenci
Diretora da Divisão de Projetos e Planejamento Escolar

Márcia Geralda Mesquita
Diretor da Divisão de Apoio ao Educando

Rosangela Aparecida Miranda
Coordenadora de Execução Orçamentária

Sérgio Gimenez Leme de Oliveira
Apoio

SUMÁRIO

I - APRESENTAÇÃO	6
II - INTRODUÇÃO	7
Objetivos e Prioridades	8
III - A REALIDADE MUNICIPAL	
1. Aspectos Históricos	12
2. Limites, Área e localização do Município	15
3. Aspectos Físicos	15
4. Aspectos Econômicos	18
5. Aspectos Humanos	21
6. Núcleos Populacionais	23
7. Meios de Transporte	23
8. Meios de Comunicação	24
9. Instituições Médicas e Assistenciais	26
10. Poderes do Município	30
11. Pontos Turísticos	32
12. Folclore do Município	32
13. Aspecto Educacional	33
IV – NÍVEIS DE ENSINO	
1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	46
1.1 Diagnóstico	46
1.2 Diretrizes	48
1.3 Objetivos e Metas	51
2 - ENSINO FUNDAMENTAL	
2.1 Diagnóstico	54
2.2 Diretrizes	55
1.3 Objetivos e Metas	57
3 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
3.1 Diagnóstico	60
3.2 Objetivos e Metas	62
4 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	
4.1 Diagnóstico	63
4.2 Diretrizes	65
4.3 Objetivos e Metas	66
V - MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	

1. Formação dos Professores e Valorização do Magistério	69
1.1 Diagnóstico	69
1.2 Diretrizes	70
1.3 Objetivos e Metas	72

VI - FINANCIAMENTO E GESTAO

1 Diagnóstico	73
2 Diretrizes	78
3 Objetivos e Metas	80

VII - PROPOSTA DE AÇÃO MUNICIPAL (Fórum)

EDUCAÇÃO INFANTIL

CURRÍCULO E AVALIAÇÃO	82
• Prioridades	82
• Objetivos e Metas	82
GESTÃO	83
• Prioridades	83
• Objetivos e Metas	83
ATENDIMENTO DA DEMANDA	84
• Prioridades	84
• Objetivos e Metas	84
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	85
• Prioridades	85
• Objetivos e Metas	85
FORMAÇÃO CONTINUADA E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	86
• Prioridades	86
• Objetivos e Metas	87

EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

CURRÍCULO E AVALIAÇÃO	88
• Prioridades	88
• Objetivos e Metas	88
GESTÃO	89
• Prioridades	89
• Objetivos e Metas	90

ATENDIMENTO DA DEMANDA	91
• Prioridades	91
• Objetivos e Metas	91
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	92
• Prioridades	92
• Objetivos e Metas	93
FORMAÇÃO CONTINUADA E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	94
• Prioridades	94
• Objetivos e Metas	95
VIII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO	96
IX - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

APRESENTAÇÃO

Para se ter a certeza de conduzir um processo de incrementação do sistema educacional, este plano tem metas a serem alcançadas que leva a crer que a real mudança se realiza quando se persiste em alcançá-las, e isto fortalece a ideia de que um plano pode ser um agente eficiente na produção de melhoria Educacional. Este será um instrumento que norteará as ações sem nunca perder de vista seus objetivos maiores que é a erradicação do analfabetismo, a universalização do acesso à Educação, à valorização do profissional da Educação e da elevação dos padrões de qualidade do processo ensino-aprendizagem.

A Secretaria Municipal de Educação de Espigão do Oeste cumpre o seu papel de garantir a participação de todos os segmentos ao reunir forças sociais capazes de acelerar o processo de construção de escolas de qualidade e conseqüentemente uma sociedade mais justa, igualitária e pacífica.

HELENA DONINI DA COSTA
Secretária Municipal de Educação
Port. 920/GP/2010

II – INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de Espigão do Oeste, RO, busca definir uma Política Educacional que realmente legitime as aspirações da maioria, pois os desafios da educação, na era do conhecimento e da informação, são de tal ordem que nenhum governo sozinho consegue atender à demanda de uma educação de qualidade, não se admitindo, portanto, políticas educacionais excludentes, produzidas em gabinete, para atender aos interesses de uma minoria. A educação é uma responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Municípios e requer uma parcela de contribuição de todos os setores da sociedade civil para garantir sua qualidade e capacidade de desenvolver no estudante as competências necessárias para desempenhar um papel ativo e cidadão na comunidade onde está inserido.

Ao garantir a participação de todos esses segmentos, a Secretaria Municipal de Educação de Espigão do Oeste cumpre o seu papel de reunir forças sociais capazes de acelerar o processo de construção de uma escola de qualidade e uma sociedade de paz.

Esta visa munir-se de todas as armas disponíveis para oferecer a toda criança e adultos que não tiveram acesso e permanência na escola, condições de frequentar os bancos escolares e alcançar a formação desejada que lhes ampare para os desafios da vida. Visa também se reforçar dando condições à escola para que os alunos concluam seus estudos de forma integral, perceptíveis à discriminação, sensíveis às questões ambientais, religiosas, disseminando os direitos humanos.

Foram considerados, entre outros, os seguintes condicionamentos para que este plano seja realmente viável e realizável:

A Lei de Responsabilidade Fiscal;

O Plano Plurianual da educação;

E que, para o período 2011 a 2020, deverá ser compatível com os Planos Decenais de Desenvolvimento da Educação Estadual e Nacional.

E para que este Plano surta os efeitos necessários, será submetido à aprovação do poder legislativo. Portanto, tem força de lei, cumprindo um mandato constitucional (artigo 214 da Constituição Federal de 1988) e uma determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, artigo 87, § 1º) e chama a sociedade para acompanhar e controlar a sua execução, pois ele é fruto de um ditame superior. Como Plano que é, sofrerá ajustes no decorrer do tempo, mas sua essência permanecerá.

OBJETIVOS E PRIORIDADES

1. Objetivos Gerais

- Organizar e fortalecer institucionalmente o regime de cooperação educacional entre Estado e Município, como um requisito de eficiência e de sustentabilidade de longo prazo das políticas públicas de garantia de Educação Básica de qualidade para todos os municípios.
- Garantir a qualidade do ensino em todos os níveis de sua abrangência através da coordenação de ações políticas e educacionais que visam compatibilizar a universalização da cobertura escolar e a elevação da escolaridade média da população, com vista à garantia de padrão de qualidade.
- Redução das desigualdades sociais no que se refere ao acesso e à permanência na educação pública, sem a admissibilidade de exceção, elevando significativamente a escolaridade média da população e melhorando o índice de desenvolvimento humano.

- Fomentar e fortalecer a autonomia escolar pedagógica, administrativa e financeira e a gestão participativa na elaboração do projeto pedagógico da escola, assegurando a participação das famílias e das comunidades locais, e a participação efetiva dos docentes no âmbito de cada estabelecimento de ensino.

- Cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) com destaque para os dois aspectos fundamentais:

- a) Promover a Educação Básica como formação para o exercício da cidadania;

- b) Garantir que todos os alunos, sem exceção, possam alcançar o nível de proficiência escolar ao longo de todo o ciclo da educação básica.

2. Prioridades Gerais

Considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível, na extensão e na qualidade à dos países desenvolvidos, precisa ser construída constante e progressivamente. São estabelecidas prioridades neste plano, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais.

2.1. Garantia de Ensino Fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando o seu ingresso, permanência na escola e a terminalidade desse ensino. Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas de ensino para que todos obtenham a formação mínima para o exercício da cidadania e para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna. O processo pedagógico deverá ser adequado às necessidades dos alunos e corresponder a um ensino socialmente significativo, dando prioridade de tempo integral para as crianças das camadas sociais mais necessitadas.

2.2 Garantia de Ensino Fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.

A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população deve ser voltada para uma concepção ampliada de alfabetização, abrangendo a formação equivalente ao Ensino Fundamental e, entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres.

2.3. Ampliação de forma gradativa do atendimento à Educação Infantil.

A Lei prevê a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de 04 anos de idade, quer na Educação Infantil, quer no Ensino Fundamental, e a gradual extensão do acesso ao Ensino Médio para todos os jovens que completam o nível anterior, como também para os jovens e adultos que não cursaram os níveis de ensino nas idades próprias. Para as demais séries e para os outros níveis, são definidas metas de ampliação dos percentuais de atendimento da respectiva faixa etária. A ampliação do atendimento, neste plano, significa maior acesso, ou seja, garantia crescente de vagas e, simultaneamente, oportunidade de formação que corresponda às necessidades das diferentes faixas etárias.

2.4. Valorização dos profissionais da educação. Particular atenção deverá ser dada à formação continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas com piso salarial e carreira de magistério.

2.5 Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino.

III – A REALIDADE MUNICIPAL

1 - ASPECTOS HISTÓRICOS

Em 1956, na cidade de Andradina/SP, durante uma reunião familiar na casa do Sr. João Guerino - Melhorança, os irmãos José Cândido, Nilo Tranqüilo e Romeu Melhorança, ouviram no rádio uma nota do governo, que convidava os brasileiros para a integração da Bacia Amazônica. Desbravadores que eram os Melhorança decidiram logo empreender uma viagem para o Acre e assim, depois de uma longa viagem de muitos sacrifícios, chegaram a Pimenta Bueno. No dia 13 de abril do mesmo ano, quando estavam às margens do Rio Barão de Melgaço, tiveram um encontro histórico com o Sr. Raimundo Euclides Barbosa, que sabedor de suas intenções, convidou-os para que aqui ficassem, mudando então, o rumo de suas vidas.

Assim decididos, retornaram à Andradina, onde organizaram uma firma colonizadora a qual recebeu o nome de "**ITAPORANGA**" (Ita = Pedra, Poranga = Dura). Em fevereiro de 1967, deram início à tão sonhada colonização.

Partindo de Pimenta Bueno, deixaram a BR-29 e iniciaram um caminho de 28 Km e, apesar das dificuldades, chegaram ao alto de uma colina, a qual foi chamada de Espigão. Surgiu então em seguida um núcleo, civilizado, com a construção de pequenas casas cobertas de palha e paredes de coqueiro para os colonos que recebiam lotes na vila para morar e áreas demarcadas no setor rural.

No ano de 1969, Espigão já era uma Vila e em 12 de agosto de 1970, numa cerimônia emocionante, foi plantado um cruzeiro pelo Pe. Vicente Vanin Martins e junto ao cruzeiro, uma garrafa, tendo em seu interior um papel com os nomes das pessoas que participaram do evento. Na ocasião, por falta de vinho, não foi celebrada a missa, a mesma aconteceu mais tarde. No dia 07 de setembro do mesmo ano, sendo então celebrada pelo Padre Adolfo Rool.

Mas as dificuldades dos colonizadores não pararam aí. Nos anos seguintes, especialmente em 1975, vários acontecimentos marcaram tragicamente o povo tão sofrido de Espigão do Oeste, que lutavam por um futuro melhor.

A colonizadora Itaporanga dividia os lotes em 2000 ha e cobrava dos colonos apenas o trabalho de topografia, isto é, a demarcação dos mesmos; no entanto, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) só regularizaria as terras, se os lotes fossem reduzidos a 100 ha, e os colonos retirassem um interdito probatório que eles haviam impetrado contra o Instituto, como medida de garantia da posse das terras.

Porém, esta proposta foi acolhida com desagrado pelos colonos e houve revolta geral quando receberam a notícia de que funcionários do INCRA viriam para cortar as terras. Indignados, os colonos decidiram serrar a ponte sobre o "Igarapé Amola Faca", para impedir a passagem dos tais funcionários, mas, nesse mesmo dia, 28 de abril de 1975, policiais armados invadiram a Vila de Espigão e, num ato de injustiça e crueldade, espancaram trabalhadores bons e honestos.

Várias pessoas, entre elas, os Melhoranças foram presos e somente depois de muita luta, conseguiram liberdade. Em compensação a tanto sofrimento, conseguiram, logo em seguida, os documentos das terras.

Com isso, encerrou-se a dolorosa etapa pela qual passou o povo de Espigão do Oeste e, daí em diante, essa terra coroada com a palavra progresso, sendo então nomeado como administrador, o Sr. José Salla.

Iniciou-se nova etapa de tórrida pujança e de futuro promissor, o que hoje permite a Espigão gritar de pé: "Presente"! na chamada da Nação.

A Administração de Espigão do Oeste começou em 1974, quando foi criado um Conselho Comunitário, tendo como presidente e responsável pela administração o Sr. José Salla até o ano de 1977,

quando então transferiu essa responsabilidade para o Sr. Dilson Rodrigues Bello

Em 03 de março de 1977, foi criado o subdistrito de Espigão do Oeste e em janeiro de 1978 foi estabelecido o núcleo administrativo, ficando assim oficializado como administrador o Sr. Dílson Rodrigues Belo, que exerceu tal função até 1980, quando passou para o Sr. Félix José da Silva e, este, por sua vez, administrou até a sua emancipação.

Espigão do Oeste foi desmembrado do município de Pimenta Bueno quando passou a município, criado pela Lei n° 6.921, de 16 de junho de 1981. Foi instalado em 13 de novembro do mesmo ano, sendo nomeado para prefeito o Sr. Levino Dias Parrnegiani.

A professora Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos foi a 1ª prefeita de Espigão do Oeste eleita pelo voto do povo, em 1982.

O Projeto Lei n° 15 de 25/09/86 instituiu como Símbolos Municipais: a Bandeira, o Brasão de Armas e o Hino do Município.

O município de Espigão do Oeste está na 7ª administração direta, isto é, onde o prefeito é eleito pelo voto do povo.

A Segunda administração, Espigão do Oeste teve como prefeito o Sr. Nilton Caetano de Souza.

A terceira administração Espigão do Oeste teve como prefeito o Sr. Reginaldo Pereira do Nascimento e o Vice-Prefeito o Sr. Valdemar Inácio da Silva.

A quarta administração Espigão do Oeste teve como prefeito o Senhor Arlindo Dettmann e o Vice-Prefeito o Sr. José Sampaio Leite.

A quinta administração Espigão do Oeste teve como prefeita a Senhora Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos e o Vice-Prefeito o Sr. José Aluizio Lara

A sexta administração Espigão do Oeste tem como prefeita a Senhora Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos e o Vice-Prefeito o Sr. José Sampaio Leite.

A sétima administração Espigão do Oeste tem o Senhor Célio Renato da Silveira como prefeito e o Sr. João Bueno da Fonseca, como vice.

2 - LIMITES, ÁREA E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO NO ESTADO DE RONDÔNIA

O Município de Espigão do Oeste localiza-se a leste do Estado de Rondônia e limita-se:

- Ao Norte: com o Estado do Mato Grosso;
- Ao Sul: com o Município de Pimenta Bueno;
- Ao Leste: com o Município de Vilhena;
- A Oeste: com o Município de Cacoal.

Área: O Município possui uma área de 4.900 km²

- Zona Rural 4.877,06 km²
- Zona Urbana 22,94 km²

3 - ASPECTOS FÍSICOS

Clima

Equatorial, com pequena estação seca.

A temperatura varia entre:

- Máxima: 39°
- Média: 27°
- Mínima: 17°

O clima é menos quente devido à influência do relevo que apresenta ondulações e morros. Do clima fazem parte: os ventos, as chuvas, a temperatura, isto é, frio ou calor. As chuvas aparecem mais nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril. Nos meses de maio, junho, julho e agosto, chove muito pouco. Isto ocorre porque as chuvas são controladas pelos ventos e pela temperatura. Nos meses de maio, junho, julho e agosto, os ventos

passam a vir do sul, mudando de direção. Ventos secos e, às vezes, frio, tornando assim mais difícil de chover.

Os ventos do sul podem trazer frio de lugares distantes, provocando a friagem (frio que chega repentino e que, em poucos dias, desaparece). A friagem é um fenômeno do clima nesta região.

Relevo

A área urbana do Município de Espigão do Oeste é composta de terras baixas e altas, isto é, ligeiramente onduladas, enquanto que a área rural apresenta ondulações mais acentuadas como morros e serras, sendo a Serra Azul o ponto mais alto, com 543m, localizada a 70 km da sede do município.

Vegetação

Em Espigão do Oeste, como em todo o Estado de Rondônia, predomina a Floresta Equatorial (ou Amazônica) e uma pequena parte de cerrado. A Floresta Equatorial é composta de grande quantidade de árvores dos mais variados tamanhos, entrelaçados de cipós e plantas menores. Existem três tipos de florestas:

1 - Mata de Igapó: As plantas nascem e vivem dentro da água;

2 - Mata da Várzea: Alagada durante as enchentes,

3 - Mata de Terra Firme: Esta nunca fica alagada e apresenta as maiores árvores.

Uma pequena parte do município é formada por cerrados, que são árvores baixas, com galhos retorcidos, folhas grandes, troncos tortos recobertos de cascas grossas. Crescem vegetações baixas e outras rasteiras como gramíneas e capins. Essas pequenas árvores, por nascerem em região mais ou menos seca, apresentam raízes que chegam a atingir 20m, à procura de água.

O solo

O solo de Espigão do Oeste é constituído, a maior parte, por texturas leves. É arenoso e argiloso.

Hidrografia

O Município de Espigão do Oeste possui vários rios, sendo os mais importantes: Roosevelt, 14 de Abril, Ribeirão Grande, Riozinho, Palmeiras e Kernit. Apresenta também muitos Igarapés, sendo o mais importante o Igarapé Félix Fleury.

Os Rios 14 de Abril e Ribeirão Grande nascem no município e deságuam no Estado do Mato Grosso.

O Rio Riozinho nasce no município e deságua no município de Cacoal, sendo que antes de desaguar, ele recebe as águas do Rio Palmeiras que também nasce no município de Espigão do Oeste. Rio Roosevelt, que tem sua nascente em outro município, banha uma grande parte do município de Espigão do Oeste e deságua no Estado do Mato Grosso. O Rio Kernit é afluente do Rio Roosevelt, tendo sua nascente também neste município.

Fauna

A fauna é composta de:

Animais mamíferos, aves, répteis, peixes e insetos.

Os animais desempenham importante papel no desenvolvimento e conservação da natureza:

- Destruição de pragas;
- Polinização das plantas;
- Difusão de sementes;
- Aceleração da decomposição de materiais vegetais e animais.

Dentre os mamíferos destacam-se: onças, macacos, cutias, pacas, antas, veados, tamanduás, porcos-do-mato, tatus, preás e outros.

As aves: gaviões, araras, periquitos, papagaios, urubus, beija-flores, jacus, mutuns, saíras, tiés, rolas e outros.

Os répteis: cobras, jacarés, tartarugas, rãs, sapos, lagartos, calangos e outros.

Os peixes: lambari, pacu, piranha, dourado, pirarara, pintado, cascudo, bagre, traíra e outros.

Os insetos: formigas, cupins, gafanhotos, aranhas, borboletas, abelhas, besouros e outros.

Flora

Dentre as árvores que compõem a flora do município de Espigão do Oeste, destacamos a castanheira, o mogno a cerejeira, a seringueira, o cacau, o jenipapo, o jatobá, o buriti, jequitibá, cedro, angelim, pequi, copaúba e outras.

4 - ASPECTOS ECONÔMICOS

INDÚSTRIAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO

O setor madeireiro é um dos principais responsável pela nossa economia, gerando divisas e empregando a maior parte da nossa mão-de-obra industrial. Atualmente, esse setor vem enfrentando várias crises financeiras, advindas da retração dos mercados de madeira nos grandes centros, devido às reformas econômicas implantadas pelo plantio real. Isso fez com que algumas madeireiras fechassem as portas e outras entrassem em colapso, causando enormes prejuízos econômicos e sociais no nosso município. Essa crise do setor madeireiro evidencia a necessidade urgente de se buscar outras alternativas econômicas para Espigão do Oeste, através da aplicação de investimento em áreas como, por exemplo, agricultura e pecuária.

AGRICULTURA

Em Espigão do Oeste, a agricultura é sustentada pelas culturas temporárias e permanentes. Dentre as temporárias estão: arroz, milho, feijão, mandioca, algodão e outros. Dentre as culturas permanentes destacamos: a do café, que é bastante explorada para a comercialização; a bananeira é plantada na região como produto extra e também utilizada no sombreado da lavoura cacaueteira, sendo o seu produto consumido na propriedade ou através de feiras livres.

A mandioca é cultivada com a finalidade de manutenção dos próprios agricultores.

As cerealistas, máquinas beneficiadoras de café, arroz e outros são os responsáveis pela maioria das compras dos produtos.

Na área frutífera tem-se dado especial atenção à produção de laranja que tem alcançado alto índice de produtividade, chegando ao comércio de exportação. Em escala mais baixa, estão o abacaxi, o mamão e o biribá, estes comercializados apenas em feiras livres.

AVICULTURA

A avicultura cresceu muito devido à instalação da AVENORTE -Indústrias Alimentícias S/A, inaugurada em 05/01/2001, cuja produção e abate de frangos impulsionou o desenvolvimento da economia do município. Em 2007, ela foi vendida para a GloboAves.

Frango Alojado	47.000 dia
Abate aproximado	47.000 aves/dia e 940.000 aves/mês

PECUÁRIA: CRIAÇÃO DE ANIMAIS.

- Bovinos (bois), Caprinos (cabras), Ovinos (ovelhas, Suínos (porcos), Avicultura (aves) e Apicultura (abelhas).

O rebanho de bovinos existentes caracteriza-se principalmente pelas raças Giro Nelore e mestiço holandês, com uma produção de leite e carne em quantidade suficiente para o consumo da região.

As raças de suíno criadas na região predominam pelos tipos Bahia e Piau e destina-se à produção de carne e banha, consumido na própria comunidade e vendido o excedente.

A criação de caprinos e ovinos ainda está em fase de desenvolvimento, com uma pequena produção; o mesmo acontecendo com a avicultura, prevalecendo a criação de galinhas, perus e patos.

A apicultura, criação de abelhas, também está em desenvolvimento, mas com a introdução de novos manejos e um controle racional na pastagem apícola, teremos futuro promissor para essa criação. Com a crise no setor madeireiro, vários empresários estão investindo em terras, rebanhos bovinos, fazendo com que esse setor seja aquecido e comece a despontar com uma referência importante da nossa economia.

PECUÁRIA

A pecuária se destaca pela criação de bovinos. A bacia leiteira é bastante desenvolvida.

Propriedades existentes	Propriedades sem bovinos	Rebanho existente		
		Bovinos de corte	Bovinos de leite	Bubalino
3.114	909	276.713	76.111	97
		Total: 352.824		
ULSAV: Espigão do Oeste – RO - dados gerados em 17/06/2010 Produção de leite = 98.000 litros/dia				

Ano	Bovinos destinados ao abate no matadouro municipal	Bovinos destinados ao abate fora do município
2010	1598	50.580
Obs: Dados do IDARON		

EXTRATIVISMO:

Existem 03 (três) tipos de extrativismo:

- 1- **Extrativismo vegetal:** É a extração de vegetais; madeiras de lei castanha-do-Pará, látex da seringueira, palmito e frutos como: açaí, buriti, jatobá, jenipapo, castanha, cajá, ingá e outros.
- 2- **Extrativismo animal:** É a extração de animais para a alimentação, através da caça e pesca. Alguns animais, além da alimentação, servem para o comércio de peles. Em nossa fauna, são caçados: cobra, jacaré, tatu, onça, paca, cutia, macaco, arara, papagaio, tucano e outros. Devido à matança desordenada, a caça está sendo proibida, pois vários animais estão em fase de extinção.
- 3- **Extrativismo mineral:** É a extração de minérios. Em Espigão do Oeste já foi comprovada a existência de vários minérios como: diamante, ouro, cassiterita, calcário, cimento e outros. Também a exploração de brita está em desenvolvimento numa área bem próxima da sede, onde está instalada a pedreira Cabo Verde. Temos também jazidas de diamante.

5 - ASPECTOS HUMANOS

POPULAÇÃO

De acordo com o IBGE, (contagem da população 2007) a população de Espigão do Oeste está em torno de 27.867 habitantes, assim distribuída:

Homens	Mulheres	Área Urbana	Área Rural	Taxa de alfabetização	Taxa de analfabetismo
14.191	13.676	19.360	8.507	86,6%	13,14%

Menos de um ano	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	34 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos e mais de 60
473	1920	2.719	2.825	2.823	2.725	2.580	2.296	2.018	1810	1530	1979	1.942

O censo Preliminar de 2010 a população está em tomo de 28.741 habitantes, assim distribuída:

Homens	Mulheres	Área Urbana	Área Rural
14.633	14.108	20.629	8.112

IMIGRANTES

Em Espigão do Oeste, uma pequena parte da população é rondoniense, pois a maioria veio de outros Estados, como: Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e Paraíba. As pessoas vêm para cá com as seguintes finalidades: trabalho de operários, ser funcionário público, adquirir terras por custo menor; empreender comércio ou indústria e atualmente em busca de diamante.

TIPO CARACTERÍSTICO

É predominante em Espigão do Oeste o tipo alto, pele branca, porém avermelhada pelo sol, cabelos lisos e louros, trajes simples. É o tipo representado pelos descendentes de alemão, que vieram do Estado do Espírito Santo e são chamados popularmente de "capixabas".

MODO LINGUÍSTICO

Há uma variante na língua falada, uma vez que o povo predominante é o "capixaba", de origem alemã, que fala um dialeto denominado "pomerano". Quanto ao sotaque, existe uma diversidade, considerando que, dentro do nosso país, cada região tem um modismo lingüístico; assim, quando uma parte dessa região se encontra em um mesmo lugar, ocorre uma mistura de sotaques e costumes.

ÍNDIOS

Os índios que aqui habitavam eram as tribos Cinta-Larga e Suruí.

Atualmente, em nosso Município existe a "área indígena Roosevelt", a qual foi demarcada e destinada aos índios Cinta-Larga. Essa área tem uma extensão de 233.000 ha.

Dentro dessa área indígena, existe um posto de assistência ao índio, uma enfermaria e um campo de pouso como medida de assistência aos índios. A língua falada é a Cinta-Larga Mondé.

Os índios Suruí foram para a área indígena "Sete de Setembro", no município de Cacoal.

6 - NÚCLEOS POPULACIONAIS

Apesar da pequena extensão do município, o mesmo já possui 04 distritos, são eles:

1 - Distrito de Nova Esperança: Nasceu de um projeto de desenvolvimento rural integrado, que o Polonoroeste, (órgão federal) implantou com o objetivo de beneficiar o produtor. Foi criado como núcleo de Apoio Rural (NUAR). Nova Esperança foi implantada no ano de 1983 e está localizado no Km 14 de Espigão.

2 - Novo Paraíso: Um pequeno distrito localizado na Estrada do Canelinha, Km 18. É popularmente conhecido por "Canelinha". Possui serviços de saúde, educação, comunicação e energia elétrica.

3 - Flor da Serra: Localizado próximo ao Rio 14 de Abril, na Estrada dos Nove Lotes.

4 - Boa Vista: Conhecido como "Pacarana", localizado próximo à divisa do município com o Estado do Mato Grosso.

7 - MEIOS DE TRANSPORTE

Para levar as pessoas e os produtos de um lugar para outro, usamos os seguintes meios de transportes. Em nosso município, os mais usados são:

- Ônibus,
- Carroças –
- Outros carros –
- Animais –
- Motocicletas –
- Barcos –
- Bicicletas –
- Avião, quando necessário e urgente.

A rodovia RO-387 liga Espigão do Oeste à BR-364, a mais importante rodovia do Estado. O município é cortado por várias estradas, que ficam muitas vezes intransitáveis na época das chuvas. A linha de transporte de passageiros de Espigão do Oeste era de propriedade do Sr. Martinho Tesh (de 1971 a 1976).

No início de 1971, esse transporte era feito com um Jeep Toyota, em seguida, passou a ser feito por um caminhão, isto até meados de 1973. Somente no final de 1973 é que a população espigãoense pôde usufruir de um ônibus para se locomover até Pimenta Bueno.

Atualmente a Empresa de ônibus da União Cascavel é encarregada desse transporte já sem maiores dificuldades uma vez que a Rodovia RO 387 está totalmente asfaltada, tendo sido inaugurada em 30 de agosto de 1984, quando o governador do Estado de Rondônia era o saudoso Cel. Jorge Teixeira de Oliveira. Outras empresas de ônibus efetuam o transporte de passageiros da zona rural para a cidade, quando em época de seca, pois no período das chuvas, algumas estradas do município se tornam quase intransitáveis, devastadas pelas enxurradas.

8 - MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Para falar com as pessoas que estão longe de nós, mandar e receber notícias e ficar sabendo de acontecimentos importantes, nós usamos os meios de comunicação. Em Espigão do Oeste, nós usamos os seguintes meios de comunicação:

- **Telefone:** Em nosso município existem, hoje, linhas telefônicas instaladas e em pleno funcionamento. Contamos também com o serviço de telefone celular. A Teleron (Telecomunicações de Rondônia) é o órgão competente para instalar, manter, ampliar e modernizar as ligações telefônicas.

- **Cartas e telégrafos:** de responsabilidade do Serviço de Correios e Telégrafos que são responsáveis pelo transporte das cartas e pela transmissão de telegramas.

- **Telex:** A mensagem é enviada através de uma máquina semelhante à máquina de escrever e que funciona como a máquina que envia os telegramas.

- **Rádio Amador:** é um outro meio de comunicação que nos favorece. Alguns órgãos o possuem: Delegacia de Polícia Civil, Quartel da Polícia Militar, Secretaria da Fazenda e outros. Já temos também em Espigão do Oeste a comunicação através do fax, um aparelho que transmite a mensagem escrita e falada.

- **Jornal:** Alguns jornais do Estado chegam diariamente até nós, informando-nos, são eles: A Tribuna, Alto madeira, o Estadão, o Diário da Amazônica e também contamos com os jornais da nossa cidade, o Cone Sul e Folha de Espigão.

- **Emissoras de Rádio:** Também podemos usufruir os serviços de comunicação das emissoras de rádio como: MEGA – FM, FM e AM de Espigão do Oeste, a nacional da Amazônia, Nacional de Porto Velho, Caiari de Porto Velho e as FM - cidade de Pimenta Bueno e Rolim de Moura, que são as mais sintonizadas em nosso município.

- **Televisão:** Como canais de televisão temos: Rede Amazônica de televisão (Rede Globo) TVS ou SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) Rede manchete e Bandeirantes.

- **Revistas:** Várias revistas chegam até aqui: Visão, Veja, Manchete, Nova Escola, Cláudia, Nova, Globo Rural, Superinteressante e outras. São adquiridas através das bancas ou por meio de assinaturas das mesmas.

9 - INSTITUIÇÕES MÉDICAS E ASSISTENCIAIS

O Município conta com um modelo de assistência plena de atenção básica e está assim constituída:

Rede Física de Saúde Pública

Os quadros abaixo trazem as informações referentes à gestão dos estabelecimentos de saúde no município de Espigão do Oeste. As informações permitem a análise da situação do município referente ao tipo de gestão: municipal, estadual bem como ao gerenciamento dos estabelecimentos de saúde: público ou privado.

UNIDADE	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA	LEITOS	
			PÚBLICA	PRIVADO
HOSPITAL	01	02	36	23
CS – URBANO	04	-	-	-
CSD – RURAL	03	-	-	-
POSTOS DE SAUDE	02	-	-	-
LABORATÓRIO	02	03	-	-
UNID. VIG. EM SAÚDE	01	-	-	-

Fonte: SEIS

NÍVEL DE COMPLEXIDADE	UNIDADES	VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL
Atenção Básica	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Saúde Arlindo Cristo - Centro de Saúde Ângelo Moacir Perini - Centro de Saúde da Mulher - Centro de Saúde Materno Infantil - Centro de Saúde Nova Esperança - Centro de Saúde Boa Vista/Pacarana - Centro de Saúde Novo Paraíso - Posto de Saúde Assentamento/Seringal - Posto de Saúde 14 de Abril 	Secretaria Municipal de Saúde
Média Complexidade	- Unidade Mista de Saúde	Secretaria Mun. de Saúde
Outros Serviços	- Vigilância em Saúde	Secretaria Mun. de Saúde

Fonte: SEIS

PRODUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO ESPECÍFICA

Avaliação da Atenção Básica

A Atenção Básica, no município de Espigão do Oeste (RO), está hoje oferecendo em suas Equipes de Profissionais de Saúde completas, incluindo equipes de Saúde Bucal em Unidade Básica de Saúde localizada no Centro da cidade. As Equipes de Saúde da Família (ESF) estão implantadas no município com abrangência para os distritos do Nuar Nova Esperança, 14 de Abril, Novo Paraíso (Canelinha) e Seringal.

Após 10 anos do início de suas atividades, essas ESF, contam com 4.771 famílias cadastradas, sendo aproximadamente 50% das áreas de cobertura da estratégia da saúde da família:

Diante da necessidade de ampliar a cobertura no atendimento populacional, encontra-se em fase de implementação mais 03 (três) ESF, já aprovado pela CIT - Comissão Intergestora Tripartite.

O SIAB - Sistema de Informação de Atenção Básica está implantado no Centro de Saúde Arlindo Cristo, que é a referência para a Unidade de Saúde da Família, local de consolidação dos registros dos dados trabalhados pelas próprias equipes e as ESF.

A diretriz da Secretaria é no sentido de garantir o acolhimento de toda a demanda que procura as unidades de saúde concedendo às equipes a autonomia para organizar o processo de trabalho da forma que considerar mais adequada à realidade do local.

A referência ambulatorial especializada do município é oferecida no Hospital Municipal (Unidade Mista de Saúde).

As consultas com os especialistas são agendadas através de impresso próprios, com encaminhamento à unidade de referência, cujo retorno já vem assegurado a data e hora da consulta. Os procedimentos para as consultas de especialidades são agendadas nos municípios de referência, via e-mail e ou telefone, com comunicação posterior aos pacientes pela unidade de origem.

O acesso dos pacientes a alguns exames de alto custo é garantido pela Prefeitura mediante compra de serviços através de procedimento licitatório junto ao setor privado com parecer do Conselho de Saúde, uma vez que o SUS não oferece esses serviços na região.

A oferta de internação hospitalar é garantida através da unidade Mista de Saúde (que passa por uma reforma e readequação) não há problema de quantidade, mas sim na qualidade da assistência hospitalar, com falta de profissionais técnicos/especializados, apesar dos esforços realizados no sentido de sanear esses problemas.

Não existe sistema organizado de referência e contrarreferência estabelecida entre a rede básica e os hospitais de referência.

Com relação ao sistema laboratorial, a Secretaria Municipal de Saúde, continua oferecendo os serviços das coletas e análises dos exames de acordo com as necessidades das unidades de saúde da secretaria.

As unidades de saúde fazem o acompanhamento pré-natal, tratamento da DST, vacinação, acompanhamento do crescimento de menores de um ano, tratamento das patologias mais comum da criança, controle de diabetes, hipertensão, saúde bucal e atenção ao idoso.

A Rede Básica, mesmo desenvolvendo um bom trabalho necessita de uma coordenação técnica para melhor organizar e planejar, objetivando suprir as necessidades de implementação e melhorias nas ações e serviços de produção no controle da Hipertensão Arterial e Diabetes, Assistência Pré-Natal, Preventivos do Câncer de Colo de Útero e Saúde da Criança.

O tratamento de paciente com tuberculose é realizado por profissional de nível superior com treinamento específico. Quanto as ESF, e demais unidades fazem a suspeita diagnosticada, com o encaminhamento para a referência e atendem as intercorrências dos pacientes de sua área de abrangência.

O atendimento de portadores de AIDS é realizado por profissional infectologista no serviço de referencia em Porto Velho / RO.

As ações de controle da hipertensão arterial e diabetes Melitus, são realizadas nas unidades de saúde.

A Secretaria Municipal de Saúde, neste segundo trimestre de 2010, visando oferecer um atendimento com qualidade e eficiência vem investindo e incentivando a realização de ações objetivando o atendimento do Programa de Saúde da Mulher, priorizando os atendimentos das necessidades dos usuários com queixas ginecológicas em atividades do programa de prevenção do Câncer de Mama e Colo de Útero. Na eventualidade de exames com alterações citológicas, estes pacientes são encaminhados ao serviço de referência com posterior investigação mais detalhadas, tratamento e seguimento até a alta.

As ações de prevenção de câncer de mama incluem atividades educativa para o alto exame de mama e a realização da palpação pelo profissional médico ou enfermeiro(a). Em relação a retaguarda de mamografia, em 2009, foram realizados além dos exames de rotina da rede, vários exames para usuários do SUS, através da unidade de referência.

O exame de ultrassonografia se indicado, é realizado no Centro de Saúde da Mulher, por um profissional médico habilitado.

Apesar dos esforços a Secretaria Municipal de Saúde, vem enfrentando muitos problemas na Assistência Hospitalar, a gestante e o acompanhamento do parto, tanto no acompanhamento quanto na resolutividade e qualidade no atendimento em razão de não haver espaço físico só parturiente (maternidade).

É notório também o alto índice de parto Cesária contrariando as normas da Organização Mundial de Saúde - OMS

A Secretaria Municipal de Saúde através da Rede Básica de Espigão do Oeste (RO), tem por meta conforme estabelecido no Pacto pela Vida, cadastrar e atender as gestantes do município com garantia no acesso, e a qualidade nos serviço ofertado.

O trabalho de prevenção das DST/AIDS, na Atenção Básica no município no segundo trimestre de 2010, foi muito discreto e existe a

necessidade de uma educação permanente em saúde coletiva a fim de planejar e executar ações prioritárias de políticas de saúde do município.

O município de Cacoal - RO, e referência para Espigão do Oeste, porém nos casos de suspeita, os pacientes são encaminhados para exame especializados em porto velho / RO.

A Vigilância Epidemiológica Municipal é responsável pela coordenação, planejamento, avaliação, supervisão, oferece cooperação e fiscalização às Unidades Básicas de Saúde na execução de suas atividades, é responsável ainda pelo monitoramento dos seguintes sistemas:

SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM FUNCIONAMENTO	
SIM	PNI
SINASC	SISVAN
SINAN	HIPERDIA
SIH/SUS	SISPRENATAL

10 - PODERES DO MUNICIPIO

No município existem 03 poderes:

- **Executivo:** Representado pelo Prefeito Municipal;
- **Legislativo:** Representado pela Câmara de vereadores;
- **Judiciário:** Representado pelo Juiz de Direito.

PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO: GESTÃO DE 1982 A 2010

PRIMEIRA GESTÃO Prefeita: Lúcia Tereza R. dos Santos - Vice-Prefeito - Erci Caetano de Souza Presidente da Câmara: - Martins João Mundel Vice Presidente - Nilton Caetano de Souza; secretário- José Tiago dos Santos; VEREADORES: José Senhorinha. José Geraldo Neves. José Nepomuceno Alves, Iram Reblin, Janair Cassiallo Jackson, David Binow,. Flávio Eustáquio de Oliveira, Guenter Saibel. Devido o falecimento

do vereador Janair Jackson e a eleição do vereador Nilton Caetano de Souza para Deputado Estadual, assumiram as vagas os suplentes Rodolfo Krause e Gilberto Ruas Arruda.

SEGUNDA GESTÃO Prefeito: - Nilton Caetano de Souza. Vice-Prefeito - Juventino Pereira dos Santos. Presidente da Câmara: - Darci José Kischener Vice-Presidente: Carlos Batista da Costa Secretário: Inácio Perini Vereadores: José Sampaio Leite, Carlos Roberto Reizer, Djair Ferrari, Elias Gonçalves, Erci Caetano de Souza. Izaura Boone Rodrigues, Mário Sibim.

TERCEIRA GESTÃO Prefeito: Reginaldo Pereira do Nascimento Vice-Prefeito: - Valdemar Inácio da Silva. Presidente da Câmara: - Sérgio Balbinot Vice-presidente - Décio Barbosa Lagares Secretário: - José Sampaio Leite VEREADORES: Ivanir Minoru Ikeziri. Dermeval Severino Milke, Elias Gonçalves, José Aluizio Lara.

QUARTA GESTÃO Prefeito: Arlindo Dettmann Vice-prefeito: José Sampaio Leite, Presidente da Câmara: Edson Messias do Vale Vice-presidente: Joveci Benevuto Souza 1º Secretário: Cícero Sampaio Leite, 2º Secretária: Marisane Lucila T. Cherubin. VEREADORES: Adelino Cataneo, Genésio Mateus, José Aluizio Lara, Pedro Candido Cesário e Sebastião Machado dos Santos

QUINTA GESTÃO: Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos – Prefeita, Senhor Jose Aluizio Lara – Vice-Prefeito; Senhor Darci Jose Kischiner – Presidente; Senhor Valter Gonçalves Lara – Vice Presidente (PPS), **Vereadores** Célio Renato da Silveira - (PMDB). Marizane Lucila Turatti Cherubim - (PPB), Cosmo de Novaes Ferreira -(PDT). Aildo José Nogueira Correia - (PPS). Joadir Schultz - (PSDB). Cícero Sampaio Leite - (PSDB). Antonio José Pereira do Nascimento - (PFL).

SEXTA GESTÃO: Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos – Prefeita e Senhor José Sampaio Leite – Vice-Prefeito. Presidente Senhor Valter Gonçalves Lara e Vice-Presidente Amilton Alves de Souza, **Vereadores:** Joadir Schultz, José Nildo de Araújo. Jose Aluizio Lara, Antonio José Pereira do Nascimento, Genésio Mateus, Severino Schultz e Cícero Sampaio Leite, substituído por Nelson da Silva Pereira.

SETIMA GESTÃO: Célio Renato da Silveira – Prefeito e João Bueno da Fonseca – Vice-prefeito. Presidente da Câmara - Décio Barbosa Lagares. Vice-Presidente - Genésio Mateus. **Vereadores:** Sebastião Justino Borges, Darci José Kischener, José Aluizio Lara, Joveci Bevenuto Souza, Cleane Rodrigues Ricardo, José Nildo Araújo e Ana Angélica Cidade da Silveira.

Poder Judiciário

A Comarca de Espigão do Oeste foi criada em maio de 1982, recebendo como 1º Juiz de Direito, o Dr. José Pedro de Couto.

11 - PONTOS TURÍSTICOS

Espigão do Oeste não possui nenhum ponto especificamente turístico, mas a beleza natural da região não deixa de ter um apreciativo turístico. A Serra Azul, com suas matas verdejantes e as cascatas e quedas d'água que brotam de alguns rios, são uma beleza suntuosa e proporcionam uma visão magnífica aos admiradores.

12 - FOLCLORE DO MUNICÍPIO

Folclore é o nome que damos ao conjunto de tradições populares, que se exprimem por meio de provérbios e festas típicas.

A migração influencia sobremaneira no folclore da região, pois o povo preserva suas festas, tradições e crenças, predominando aqui o folclore gaúcho com suas danças.

As festas tradicionais são as juninas, com a apresentação de quadrilhas e outras danças. Também as festas religiosas realizadas na Igreja Católica no mês de outubro, comemorando o dia da padroeira.

13 - ASPECTOS EDUCACIONAIS

1 - Criação

A Secretaria Municipal de Educação começou a funcionar em 1982, regulamentada pela Lei 027/84 de 10/12/84 e tem como competência:

- Executar, desenvolver, coordenar e supervisionar atividades, programas e projetos relacionados ao ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental no município;
- Promover a instalação e manutenção de estabelecimentos municipais;
- Promover a difusão cultural e a elaboração e execução de programas recreativos e desportivos.

2 - Histórico da Educação do município.

O ensino no município iniciou-se no ano de 1970, quando algumas pessoas de espírito patriota organizaram um desfile cívico no dia 07 de Setembro, dando conta da necessidade de uma escola na vila de Espigão, pois o número de crianças em idade escolar estava em torno de 25. Então, uma jovem de nome Aurelisa, resolveu ensinar o pouco que sabia a algumas dessas crianças, em sua própria casa e sem compromisso. Contudo, antes de finalizar o ano, alguns pais solicitaram do Sr. Francisco Arruda, agrimensor da firma colonizadora Itaporanga, que

intercedesse junto às autoridades competentes, no sentido de que fossem tomadas providências para a criação de uma escola.

Batalhador e preocupado com a Educação dessas crianças, o Sr. Francisco Arruda rumou para Porto Velho em fevereiro de 1971. Lá chegando, procurou a professora Marise Castiel, que na época era a Diretora da Divisão de Ensino e, apresentando-lhe sua reivindicação, encontrou de início resistência, mas finalmente conseguiu autorização, porém, com a condição de que se responsabilizassem pela escolha da professora e providenciassem o espaço físico para a escola.

Assim, através de um exame de seleção, foi escolhida para professora a senhora Guiomar Alves Ferreira, que em 1º março desse mesmo ano, deu início às aulas em um barraco de madeira lascada, chão batido e teto coberto com tabuinhas, a qual recebeu o nome de Escola Isolada Dr. Rafael Vaz e Silva.

Com a crescente demanda de alunos, tornou-se necessária a presença de mais uma professora e, em agosto do mesmo ano, a senhora Isaura Boone, que havia chegado recentemente à Vila, passou a dar aulas juntamente com a professora Guiomar. Em 1972, mais uma professora veio se juntar às pioneiras, a senhora Zilda Alves Azevedo. Ainda nesse mesmo ano, os irmãos Melhorança, colonizadores da região, sentiram a necessidade de construir uma escola que desse melhores condições, uma vez que a existente estava em precária situação. Foi construída então, a "Escola Sete de Setembro", a qual entrou em atividade no ano de 1973 como particular, pois o território não autorizou seu funcionamento, ficando então o pagamento das professoras, bem como a merenda e todo o material escolar sob a responsabilidade da firma colonizadora Itaporanga.

Somente, no final de 1973, foi que o Governo do Território concedeu o reconhecimento da escola. E em 07 de março, ocorreu a inauguração da mesma, atendendo a uma clientela de 1ª a 4ª séries. Teve como primeira Diretora a Professora Noádia Maria Franco Márquez.

Em 11 de março, através do Decreto 699, foi criada legalmente a Escola Sete de Setembro, incorporava a Escola Dr. Rafael

Vaz de Silva, que funcionava na zona rural no km 24, pertencente ao município de Cacoal.

Em 1974 – A Professora Lúcia Tereza Rodrigues dos Santos, assume a direção da Escola Sete, acumulando as funções de supervisora rural e Professora de História.

No ano de 1975, começou a funcionar nesta escola, estudos referentes a 5ª série e é realizada a contratação de professores pelo ex-território.

Em 21 de fevereiro de 1979, através do decreto 993, foi implantado o Ensino Médio, denominado 2º Grau Magistério, na época.

A partir da luta dos pioneiros, começam surgir novas escolas tanto na área urbana como rural, expandindo a Educação no município.

3 - Evolução da Educação

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, NO PERÍODO DE 2001 A 2010

Matrículas – 2001

Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escolar	1ª a 4ª séries	5ª a 8ª séries	Ensino Médio	EJA Fund.	EJA Médio	Educ. Especial
<i>Estadual</i>	-	3*	1437	1754	907	237	137	-
<i>Municipal</i>	70	332	1659	556	-	325	-	-
<i>Privada</i>	-	56	65	25	-	-	-	-
<i>Filantrópica</i>	-	-	-	-	-	-	-	60
Total	70	391	3.161	2.335	907	562	137	60

* Dados extraídos do INEP.

Matrículas 2002

Dependência Administrativa	Creche	Pré - escolar	1ª a 4ª séries	5ª a 8ª séries	Ens. Médio	EJA Fund.	EJA Médio	Educ. Especial
Estadual	-	37 *	1.460	1.619	962	982	202	-
Municipal	70	365	1.515	595	-	253	-	-
Privado	-	75	99	89	13	-	-	-
Filantrópica	-	-	-	-	-	-	-	73
Total	70	477	3074	2303	975	1.235	202	73

* Dados extraídos do INEP. * Alunos de escolas indígenas/

Matrículas – 2003

Dependência Administrativa	Creche	Pré - Escolar	1ª a 4ª séries	5ª a 8ª séries	Ensino Médio	Inclusão Ensino Regular	Ed. Especial	EJA Fund.	EJA Médio
<i>Estadual</i>	-	55	1480	1654	1062	-	-	570	551
<i>Municipal</i>	70	359	1439	647	-	-	-	269	-
<i>Privada</i>	-	84	113	120	46	-	-	-	-
<i>Filantropica</i>	-	-	-	-	-	-	86	-	-
Total	70	498	3032	2421	1108	-	86	839	551

- Dados extraídos do INEP.

Matrículas – 2004

Dependência Administrativa	Creche	Pré - Escolar	Séries Iniciais	Séries Finais	Ensino Médio	Inclusão Ensino Regular	Ed. Especial	EJA Fund.	EJA Médio
<i>Estadual</i>	-	16	1544	1624	1038	03	-	693	431
<i>Municipal</i>	105	197	1638	658	-	22	-	174	-
<i>Privada</i>	-	99	117	127	96	-	-	-	-
<i>Filantropica</i>	-	-	-	-	-	-	94	-	-
Total	105	312	3299	2409	1134	25	94	910	431

- Dados extraídos do INEP. (neste ano foi implantado o Ensino Fundamental com duração de 9 anos na Rede Municipal)

Matrículas – 2005

Dependência Administrativa	Creche	Pré - Escolar	Séries Iniciais	Séries Finais	Ensino Médio	Inclusão Ensino Regular	Ed. Especial	EJA Fund.	EJA Médio
<i>Estadual</i>	-	39	1376	1620	931	20	-	661	655
<i>Municipal</i>	103	313	1851	624	-	23	-	115	-
<i>Privada</i>	09	97	123	103	113	-	-	-	-
<i>Filantropica</i>	-	-	-	-	-	-	93	-	-
Total	112	449	3350	2347	1044	43	93	776	655

- * Dados extraídos do INEP.

Matrículas – 2006

Dependência Administrativa	Creche	Pré - Escolar	Séries Iniciais	Séries Finais	Ensino Médio	Inclusão Ensino Regular	Ed. Especial	EJA Fund.	EJA Médio
<i>Estadual</i>	-	09	1379	1502	1191	45	-	667	697
<i>Municipal</i>	96	296	1483	814	-	32	-	21	-
<i>Privada</i>	04	87	88	115	-	-	-	-	-
<i>Filantropica</i>	-	-	-	-	-	-	91	-	-
Total	100	392	2950	2431	1191	77	91	688	697

- Dados extraídos do INEP

Matrículas – 2007

Dependência Administrativa	Creche	Pré - Escolar	Séries Iniciais	Séries Finais	Ensino Médio	Inclusão Ensino Regular	Ed. Especial	EJA Fund.	EJA Médio
<i>Estadual</i>	-	-	1831	1244	1052	53	-	705	503
<i>Municipal</i>	104	358	1290	852	-	73	-	-	-
<i>Privada</i>	26	101	91	97	85	-	-	-	-
<i>Filantrópica</i>	-	-					122		
Total	130	459	3212	2193	1137	126	112	705	503

• Dados extraídos do INEP

Matrículas – 2008

Dependência Administrativa	Creche	Pré - Escolar	Séries Iniciais	Séries Finais	Ensino Médio	Inclusão Ensino Regular	Ed. Especial	EJA Fund.	EJA Médio
<i>Estadual</i>	-	-	1542	1494	1167	67	-	641	475
<i>Municipal</i>	103	295	1302	915	-	167	-	-	-
<i>Privada</i>	39	98	63	75	48	-	-	-	-
<i>Filantrópica</i>							111		
Total	142	393	2907	2484	1215	234	111	641	475

• Dados extraídos do INEP

Matrículas – 2009

Dependência Administrativa	Creche	Pré - Escolar	Séries Iniciais	Séries Finais	Ensino Médio	Inclusão Ensino Regular	Ed. Especial	EJA Fund.	EJA Médio
<i>Estadual</i>	-	-	1445	1594	1136	52	-	685	509
<i>Municipal</i>	100	395	1246	928	-	101	-	-	-
<i>Privada</i>	32	57	98	85	53	-	-	-	-
<i>Filantrópica</i>		-	-	-	-		103		
Total	132	452	2789	2607	1189	153	103	749	509

• Dados extraídos do INEP

Matrículas – 2010

Dependência Administrativa	Creche	Pré - Escolar	Séries Iniciais	Séries Finais	Ensino Médio	Inclusão Ensino Regular	Ed. Especial	EJA Fund.	EJA Médio
<i>Estadual</i>	-	-	1403	1529	1116	87	-	700	497
<i>Municipal</i>	98	444	1252	921	-	93	-	-	-
<i>Privada</i>	31	60	92	72	71	01	-	-	-
<i>Filantrópica</i>							110		
Total	129	504	2747	2522	1187	181	110	700	497

• Dados extraídos do INEP

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A MODALIDADE MINISTRADA, NO ANO DE 2010

Modalidades de Ensino	DEPENDENCIA ADMINISTRATIVA				
	Total	Municipal	Estadual	Privada	Filantrópica
Educação Infantil	06	*05		*01	-
Ensino Fundamental	23	*09	*13	*01	-
Ensino Médio	03	-	*02	*01	-
Educação Especial	01	-	-	-	01
Educação de Jovens e Adultos	02	-	*02	-	-
Educação Indígena	07	-	*07	-	-
Nº de Estabelecimentos	-	11	14	01	01

- Estabelecimentos que oferecem mais de uma modalidade

RENDIMENTO ESCOLAR MUNICIPAL DOS ANOS 2007 a 2009- Por Escola.

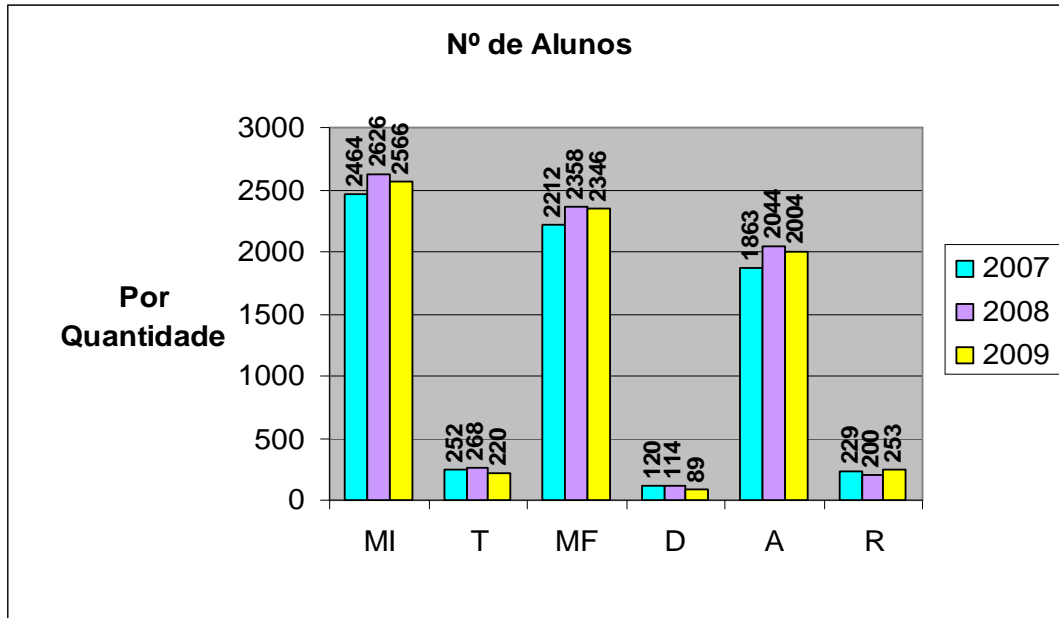
GERAL DA EMEF SÃO LUIZ							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	16	1	15	0	15	0	0,0	100	0,0
GERAL DA EMEF FRANCISCO BOONE							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	7	0	7	0	7	0	0,0	100	0,0
GERAL DA EMEF TOMÉ DE SOUZA							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	12	1	11	0	10	1	0,0	90,9	9,1
GERAL DA EMEF SANTO ANTÔNIO							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	20	2	18	0	15	3	0,0	83,3	16,7
GERAL DA EMEF SANTA ROSA							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	24	2	22	0	22	0	0,0	100	0,0
2008	30	7	23	0	21	2	0,0	91,3	8,7
GERAL DA EMEF JUSCELINO K. DE OLIVEIRA							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	68	7	61	0	56	5	0,0	91,8	8,2
2008	47	5	42	1	38	3	2,4	90,5	7,1
2009	45	4	41	0	40	1	0,0	97,6	2,4
GERAL DA EMEF MARIA ROSA DE OLIVEIRA							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	170	7	163	13	121	29	7,98	74,2	17,79
2008	183	8	175	9	150	16	5,14	85,7	9,14
2009	193	13	180	9	167	4	5,00	92,8	2,2

GERAL DA EMEIEF SIMONE MOURA ROSA							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	295	37	258	1	230	27	0,39	89,1	10,47
2008	290	37	253	0	228	25	0,0	90,1	9,9
2009	308	34	274	0	233	41	0,0	85	15,0
GERAL DA EEEF TANCREDO DE ALMEIDA NEVES							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	442	39	403	28	321	54	6,95	79,7	13,40
2008	478	31	447	29	346	72	6,49	77,4	16,1
2009	485	45	440	8	384	48	1,82	87,3	10,9
GERAL DA EMEIEF BRAS CUBAS							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	308	31	277	13	240	24	4,69	86,6	8,66
2008	361	32	329	9	314	6	3,0	95	2,0
2009	347	16	331	12	296	23	4,0	89	7,0
GERAL DA EMEF DILSON RODRIGUES BELLO							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	43	2	41	3	37	1	7,3	90,2	2,4
2008	36	3	33	0	30	3	0,0	90,9	9,1
2009	39	1	38	1	36	1	2,63	94,7	2,63
GERAL DA EMEF AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	449	42	407	22	359	26	5,41	88,2	6,39
2008	463	42	421	18	369	34	4,28	87,6	8,08
2009	445	26	419	14	337	68	3,34	80,4	16,23
GERAL DA EMEIEF TEOBALDO FERREIRA							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	500	66	434	39	336	59	9	77	14
2008	667	90	577	48	490	39	8,3	85	6,7
2009	646	71	575	45	463	67	8,0	80,5	11,5
GERAL DA EMEIEF CLÉLIA DAVID MUNDIM							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	110	15	95	1	94	0	1,1	98,9	0,0
2008	71	13	58	0	58	0	0,0	100	0,0
2009	58	10	48	0	48	0	0,0	100	0,0

RENDIMENTO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

RENDIMENTO DA REDE MUNICIPAL							PORC.: %		
ANO	MI	T	MF	D	A	R	D	A	R
2007	2464	252	2212	120	1863	229	5,4	84,2	10,4
2008	2626	268	2358	114	2044	200	5	87	8
2009	2566	220	2346	89	2004	253	4	85	11

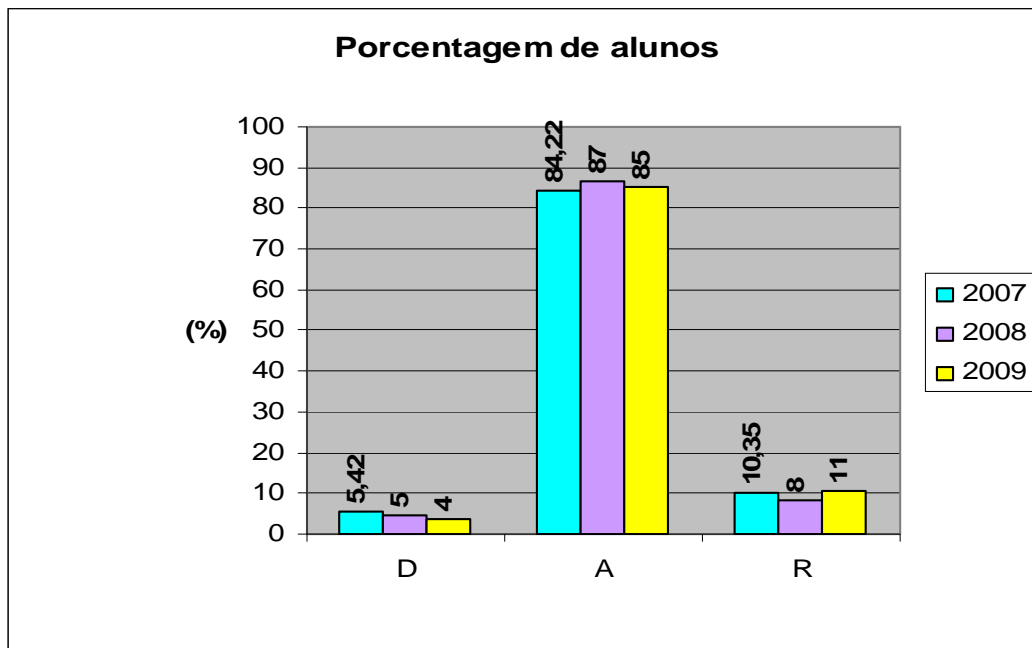
RENDIMENTO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO POR ALUNO



MI = Matrícula Inicial
D = Desistente

T = Transferido
A = Aprovado

MF = Matrícula Final
R = Reprovado



D = Desistente

A = Aprovado

R = Reprovado

EFICIÊNCIA E RENDIMENTO ESCOLAR – 2001 A 2010

		1ª a 4ª séries	5ª a 8ª séries	Total Geral
		%	%	%
2001	Aprovados	79,5	75,5	77,5
	Reprovados	8,5	11,5	10,0
	Desistentes	12	13	12,5
2002	Aprovados	85	71	78,0
	Reprovados	11	16	13,5
	Desistentes	04	13	8,5
2003	Aprovados	83	72	77,5
	Reprovados	12	15	13,5
	Desistentes	05	13	9,0
2004	Aprovados	84	67	75,5
	Reprovados	10	19	14,5
	Desistentes	06	14	10,0
2005	Aprovados	86	71	78,5
	Reprovados	10	20	15,0
	Desistentes	04	09	6,5
2006	Aprovados	89	76	82,5
	Reprovados	08	13	10,5
	Desistentes	03	11	7,0
2007	Aprovados	89	76	84,2
	Reprovados	9	13	10,4
	Desistentes	2	11	5,4
2008	Aprovados	90,5	81	87
	Reprovados	7,2	10	8
	Desistentes	2,3	9	5
2009	Aprovados	87	83	85
	Reprovados	11	10	11
	Desistentes	1	7	4

EFICIÊNCIA E RENDIMENTO POR ESCOLA E SÉRIE –2006

NOME DAS ESCOLAS	APROVADOS										REPROVADOS									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total
Ensino Fundamental de 9 anos	-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total	-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	9º	Total
Ensino Fundamental de 8 anos	-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total	-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	9º	Total
1. EMEF Aurélio B. de Holanda	-	35	35	38	28	61	33	20	19	269	-	08	04	12	02	17	06	06	03	58
2. EMEF Boa Esperança	-	06	05	08	06	-	-	-	-	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. EMEF Castro Alves	-	01	01	06	03	-	-	-	-	11	-	01	01	-	-	-	-	-	-	02
4. EMEF Dilson R. Bello	-	11	06	15	21	-	-	-	-	53	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01
5. EMEF Francisco Boone	-	05	02	02	01	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. EMEF Juscelino K. de Oliveira	-	13	14	19	08	-	-	-	-	54	-	-	02	01	01	-	-	-	-	04
7. EMEF Maria R. de Oliveira	-	16	20	20	18	25	17	15	05	136	-	07	-	-	-	04	01	-	-	12
8. EMEF Menino Jesus	-	04	-	02	03	-	-	-	-	09	-	01	-	01	-	-	-	-	-	02
9. EMEF Santa Rosa	-	09	08	03	03	-	-	-	-	23	-	02	01	-	-	-	-	-	-	03
10. EMEF Santo Antonio	-	04	02	05	07	-	-	-	-	18	-	01	-	-	-	-	-	-	-	01
11. EMEF São Bento	-	02	04	03	03	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
12. EMEF São Luiz	-	02	-	13	06	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13. EMEF Tomé de Souza	-	02	08	05	06	-	-	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
14. EMEIEF Simone M. Rosa	49	44	38	49	50	-	-	-	-	230	-	03	03	02	03	-	-	-	-	11
15. EMEIEF Teobaldo Ferreira	33	50	58	53	34	43	29	17	09	326	-	15	13	08	08	10	12	08	01	75
16. EMEIEF Clélia D. Mundim	97	-	-	-	-	-	-	-	-	97	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17. EMEIEF Brás Cubas	-	24	41	28	35	46	40	16	31	261	-	05	01	=	02	10	03	=	=	21
18. EEEF Tancredo de A. Neves	-	45	35	45	32	61	50	39	37	344	-	07	=	=	=	05	06	13	01	32
TOTAL	179	273	277	314	264	236	169	107	101	1.920	-	50	26	24	16	46	28	27	02	222

NOME DAS ESCOLAS		TRANSFERIDOS										DESISTENTES										A	R	D
Ensino Fundamental de 9 anos		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total	%	%	%
Ensino Fundamental de 8 anos		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	9ª				
1.	EMEF Aurélio B. de Holanda	-	01	04	04	03	03	05	01	02	23	-	01	-	-	01	07	06	04	01	20	77	17	06
2.	EMEF Boa Esperança	-	-	-	01	01	-	-	-	-	02	-	01	-	-	01	07	06	04	01	20	77	17	06
3.	EMEF Castro Alves	-	03	-	01	-	-	-	-	-	04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	-
4.	EMEF Dílson R. Bello	-	02	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85	15	-
5.	EMEF Francisco Boone	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	02	94	03	03
6.	EMEF Juscelino K. de Oliveira	-	03	01	02	-	-	-	-	-	06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	-
7.	EMEF Maria R. de Oliveira	-	03	-	01	01	03	02	01	-	11	-	01	-	-	-	-	-	-	-	01	91	07	02
8.	EMEF Menino Jesus	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	03	-	-	-	04	89	08	03
9.	EMEF Santa Rosa	-	-	-	01	01	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82	18	-
10.	EMEF Santo Antonio	-	-	01	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	88	12	-
11.	EMEF São Bento	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01	-	-	-	-	01	90	05	05
12.	EMEF São Luiz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	-
13.	EMEF Tomé de Souza	-	01	01	01	01	-	-	-	-	04	-	02	-	-	-	-	-	-	-	02	91	-	09
14.	EMEIEF Simone M. Rosa	05	06	10	06	08	-	-	-	-	35	02	07	01	=	=	-	-	-	-	10	92	04	04
15.	EMEIEF Teobaldo Ferreira	02	05	11	04	10	08	08	02	01	51	03	07	03	04	02	09	06	06	03	43	73	17	10
16.	EMEIEF Clélia D Mundim	05	-	-	-	-	-	-	-	-	05	01	-	-	-	-	-	-	-	-	01	99	-	01
17.	EMEIEF Brás Cubas	-	01	03	01	02	04	03	01	=	15	-	01	=	=	=	03	01	=	=	05	91	07	02
18.	EEEE Tancredo de A. Neves	-	08	02	09	04	04	04	08	04	43	-	=	=	=	01	07	14	13	02	37	83	08	09
TOTAL		12	33	33	31	32	22	22	13	07	205	06	21	04	05	05	29	27	23	06	126	85	10	05

EFICIÊNCIA E RENDIMENTO POR ESCOLA E SÉRIE – 2007

NOME DAS ESCOLAS		APROVADOS										REPROVADOS										A	R
Ensino Fundamental de 9 anos		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total	%	%
Ensino Fundamental de 8 anos		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª			
1.	EMEF Aurélio B. de Holanda	-	21	44	43	55	71	63	40	22	359	-	3	3	9	4	7	-	-	-	26	88	6,5
2.	EMEF Dílson R. Bello	-	9	9	7	12	-	-	-	-	37	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	90	2,5
3.	EMEF Francisco Boone	-	-	4	2	1	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-
4.	EMEF Juscelino K. de Oliveira	-	16	12	12	16	-	-	-	-	56	-	4	1	-	-	-	-	-	-	5	92	8
5.	EMEF Maria R. de Oliveira	-	20	15	20	15	16	12	11	12	121	-	3	-	1	5	8	8	4	-	29	74	18
6.	EMEF Santa Rosa	-	2	9	8	3	-	-	-	-	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100
7.	EMEF Santo Antonio	-	3	3	3	6	-	-	-	-	15	-	1	1	1	-	-	-	-	-	3	83	17
8.	EMEF São Luiz	-	4	2	-	9	-	-	-	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-
9.	EMEF Tomé de Souza	-	-	1	5	4	-	-	-	-	10	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	91	9
10.	EMEIEF Simone Moura Rosa	53	56	49	28	44	-	-	-	-	230	-	12	6	4	5	-	-	-	-	27	89	11
11.	EMEIEF Teobaldo Ferreira	24	60	55	51	47	38	31	19	11	336	-	7	8	4	13	12	6	6	3	59	77	14
12.	EMEIEF Clélia D. Mundim	94	-	-	-	-	-	-	-	-	94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99	-
13.	EMEIEF Brás Cubas	-	16	21	42	31	44	41	30	15	240	-	-	2	-	-	7	7	8	-	24	87	8
14.	EEEE Tancredo de A. Neves	-	26	43	34	53	39	44	43	39	321	-	9	4	6	-	15	13	7	-	54	80	13
TOTAL		171	233	267	255	296	208	191	143	99	1.863	-	39	26	26	27	49	34	25	3	229	84	10,5

NOME DAS ESCOLAS		TRANSFERIDOS										DESISTENTES										D
Ensino Fundamental de 9 anos		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total	%
Ensino Fundamental de 8 anos		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		
1.	EMEF Aurélio B. de Holanda	-	4	3	5	4	11	8	2	5	42	-	3	1	-	1	8	5	4	-	22	5,5
2.	EMEF Dílson R. Bello	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	1	-	-	-	-	3	7,5
3.	EMEF Francisco Boone	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.	EMEF Juscelino K. de Oliveira	-	-	-	3	4	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5.	EMEF Maria R. de Oliveira	-	1	-	2	1	1	-	2	-	7	-	1	-	-	1	1	6	2	2	13	8
6.	EMEF Santa Rosa	-	1	1	0	0	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7.	EMEF Santo Antonio	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8.	EMEF São Luiz	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9.	EMEF Tomé de Souza	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.	EMEIEF Simone M. Rosa	3	11	7	3	13	-	-	-	-	37	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,5
11.	EMEIEF Teobaldo Ferreira	4	6	5	7	7	20	11	5	1	66	-	6	2	3	2	6	10	7	3	39	9
12.	EMEIEF Clélia D. Mundim	15	-	-	-	-	-	-	-	-	15	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
13.	EMEIEF Brás Cubas	-	3	3	4	7	8	2	3	1	31	-	-	-	1	-	5	4	1	2	13	5
14.	EEEF Tancredo de A. Neves	-	6	4	6	3	8	5	6	1	39	-	-	-	-	1	4	9	7	7	28	7
TOTAL		22	33	25	32	40	48	26	18	8	252	2	12	3	4	6	24	34	21	14	120	5,5

EFICIÊNCIA E RENDIMENTO POR ESCOLA – 2008

NOME DAS ESCOLAS		APROVADOS										REPROVADOS										A	R
Ensino Fundamental de 9 anos		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total	%	%
Ensino Fundamental de 8 anos		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª			
1.	EMEF Aurélio B. de Holanda	27	35	26	43	42	61	52	53	30	369	-	5	-	6	5	13	4	1	-	34	88	8
2.	EMEF Dílson R. Bello	-	8	6	10	6	-	-	-	-	30	-	2	1	-	-	-	-	-	-	3	91	9
3.	EMEF Juscelino K. de Oliveira	-	6	12	10	10	-	-	-	-	38	-	1	1	1	-	-	-	-	-	3	91	7
4.	EMEF Maria R. de Oliveira	22	7	21	15	19	19	21	15	11	150	-	-	2	4	2	4	4	-	-	16	86	9
5.	EMEF Santa Rosa	-	8	-	6	7	-	-	-	-	21	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	91	9
6.	EMEIEF Simone M. Rosa	58	43	48	49	30	-	-	-	-	228	-	11	7	5	2	-	-	-	-	25	90	10
7.	EMEIEF Teobaldo Ferreira	49	44	75	60	83	70	55	35	19	490	-	6	5	1	8	6	10	2	1	39	85	7
8.	EMEIEF Clélia D. Mundim	58	-	-	-	-	-	-	-	-	58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-
9.	EMEIEF Brás Cubas	16	30	23	31	44	53	45	41	31	314	-	4	2	-	-	-	-	-	-	6	95	2
10.	EEEF Tancredo de A. Neves	21	40	32	55	39	54	34	37	34	346	-	13	4	2	-	21	13	10	9	72	78	16
TOTAL		251	221	243	279	280	257	207	181	125	2.044	-	44	22	19	17	44	31	13	10	200	87	8

NOME DAS ESCOLAS		TRANSFERIDOS										DESISTENTES										D	
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Total	%	
Ensino Fundamental de 9 anos		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª			
1.	EMEF Aurélio B. de Holanda	3	5	1	7	3	8	10	1	4	42	1	3	1	-	-	2	4	3	4	18	4	
2.	EMEF Dílson R. Bello	-	-	2	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3.	EMEF Juscelino K. de Oliveira	-	2	2	-	1	-	-	-	-	5	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2	
4.	EMEF Maria R. de Oliveira	-	2	3	-	2	1	-	-	-	8	-	2	2	-	-	-	3	2	-	9	5	
5.	EMEF Santa Rosa	-	1	2	4	-	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
6.	EMEIEF Simone M. Rosa	13	7	10	4	3	-	-	-	-	37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
7.	EMEIEF Teobaldo Ferreira	6	8	13	10	10	14	11	12	6	90	-	7	6	2	1	5	10	14	3	48	8	
8.	EMEIEF Clélia D. Mundim	13	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
9.	EMEIEF Brás Cubas	2	1	1	3	6	6	6	5	2	32	1	1	-	-	-	4	1	2	-	9	3	
10.	EEEF Tancredo de A. Neves	3	1	4	5	3	8	3	3	1	31	1	1	1	1	1	6	6	7	5	29	6	
TOTAL		40	27	38	34	28	37	30	21	13	268	3	14	10	3	3	17	24	28	12	114	5	

EFICIÊNCIA E RENDIMENTO POR ESCOLA – 2009

NOME DAS ESCOLAS		APROVADOS										REPROVADOS										A	R		
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	EJA	Total	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	EJA	Total	%	%
Ensino Fundamental de 9 anos		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª					
1	EMEF Aurélio B. de Holanda	25	27	33	26	38	36	55	44	53	-	337	-	7	9	10	7	22	11	1	1	-	68	81	16
2	EMEF Dílson R. Bello	7	7	8	6	8	-	-	-	-	-	36	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	95	2,5
3	EMEF Juscelino K. de Oliveira	14	1	6	12	7	-	-	-	-	-	40	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	98	2
4	EMEF Maria R. de Oliveira	13	26	8	22	14	26	22	19	17	-	167	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	4	93	2
5	EMEIEF Simone M. Rosa	45	61	41	42	44	-	-	-	-	-	233	-	12	11	12	6	-	-	-	-	-	41	85	15
6	EMEIEF Teobaldo Ferreira	51	44	37	67	47	80	59	41	17	20	463	-	12	6	7	12	10	6	4	2	8	67	81	12
7	EMEIEF Clélia D. Mundim	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-
8	EMEIEF Brás Cubas	26	26	31	20	33	47	44	34	35	-	296	-	-	-	-	1	4	10	8	-	-	23	89	7
9	EEEF Tancredo de A. Neves	33	34	45	26	49	62	57	42	36	-	384	-	10	3	13	8	8	3	2	1	-	48	87	11
TOTAL		262	226	209	221	240	251	237	180	158	20	2.004	-	43	29	42	34	46	32	15	4	8	253	85	11

NOME DAS ESCOLAS		TRANSFERIDOS										DESISTENTES										D			
		1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	EJA	Total	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°		EJA	Total	
Ensino Fundamental de 9 anos																									
Ensino Fundamental de 8 anos		-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª			-	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª				%
1.	EMEF Aurélio B. de Holanda	5	2	2	2	4	3	5	3	-		26	-	3	-	-	2	2	2	3	2	-	14	3	
2.	EMEF Dilson R. Bello	-	-	-	-	1	-	-	-	-		1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	2,5	
3.	EMEF Juscelino K. de Oliveira	1	1	-	1	1	-	-	-	-		4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
4.	EMEF Maria R. de Oliveira	2	-	1	2	1	3	2	1	1		13	-	1	1	-	1	-	4	1	1	-	9	5	
5.	EMEIEF Simone M. Rosa	8	8	5	6	7	-	-	-	-		34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
6.	EMEIEF Teobaldo Ferreira	6	15	9	10	9	7	5	4	5	1	71	-	1	-	1	-	1	2	3	2	35	45	8	
7.	EMEIEF Clélia D. Mundim	10	-	-	-	-	-	-	-	-		10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
8.	EMEIEF Brás Cubas	2	2	2	1	1	5	1	1	1		16	-	4	1	1	1	1	2	1	1	-	12	4	
9.	EEEF Tancredo de A. Neves	2	6	4	5	5	9	8	2	4		45	-	1	-	-	-	1	2	2	2	-	8	2	
TOTAL		36	34	23	27	29	27	21	11	11	1	220	0	10	3	2	4	5	12	10	8	35	89	4	

V - NÍVEIS DE ENSINO

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Diagnóstico

A expansão da Educação Infantil no Brasil tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado e trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por uma educação instrucional para crianças de 0 a 3 anos em estabelecimento específico para Educação Infantil.

À medida que essa ciência da criança se democratiza, a Educação Infantil ganha prestígio e interessados em investir nela.

Não são apenas argumentos econômicos que têm levado governos, sociedade e famílias a investirem na atenção às crianças pequenas. Na base dessa questão está o direito ao cuidado e à educação a partir do nascimento. A educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal.

Além do direito da criança, a Constituição Federal estabelece o direito dos trabalhadores, pais e responsáveis, à educação de seus filhos e dependentes de 0 a 3 anos. Mas o argumento social é o que mais tem pesado na expressão da demanda e no seu atendimento por parte do Poder Público. Ele deriva das condições limitantes das famílias trabalhadoras, monoparentais, nucleares, das de renda familiar insuficiente para prover os meios adequados para o cuidado e educação de seus filhos pequenos e da impossibilidade de a maioria dos pais

adquirirem os conhecimentos sobre o processo de desenvolvimento da criança que a pedagogia oferece.

Por determinação da LDB, as creches atenderão crianças de 0 a 3 anos, ficando a faixa de 4 a 5 para a pré-escola, e deverão adotar objetivos educacionais, transformando-se em instituições de educação, segundo as diretrizes curriculares nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação. Enquanto a faixa etária de 0 a 3 anos, constituída de 12 milhões de crianças, a minoria é que está sendo atendido, o atendimento maior se dá nas idades mais próximas da escolarização obrigatória, de sorte que a maioria das crianças de 5 anos já está na Pré-escola.

Em 2008, a taxa de frequência a creches para crianças de 0 a 3 anos foi de 18,1%, muito aquém da desejada, revelando, porém, grande avanço em relação a 1995, quando era de apenas 7,5%. As diferenças regionais são expressivas, embora traduzam também aspectos culturais, dado ser optativa a matrícula de crianças em creches. As regiões com maiores médias são a Sul, com 24,6% e a Sudeste, com 22%; a mais baixa é da região **Norte, com apenas 8,4%**; Nordeste e Centro-Oeste estão próximos dos 15%.

Com o advento da LDB, a exigência com formação dos docentes houve um aumento considerável do nível de qualidade, uma vez que não há mais na rede Municipal de Espigão do Oeste professores leigos, o que revela uma progressiva melhoria da qualificação docente. Esses dados são alvissareiros, considerando-se que nos primeiros anos de vida, dada a maleabilidade da criança às interferências do meio social, especialmente da qualidade das experiências educativas, é fundamental que os profissionais sejam altamente qualificados.

A educação em nosso Município terá que buscar uma solução para as diversas demandas, sem prejuízo da prioridade constitucional do Ensino Infantil e Fundamental porque o custo-aluno de uma criança no Pré-Escolar na zona rural, em nosso município, é muito alto, pois temos

uma baixa densidade demográfica e isso implica em uso de transporte escolar com grande distância e baixa lotação.

1.2 Diretrizes

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade. As ciências que se debruçaram sobre a criança nos últimos cinquenta anos, investigando como se processa o seu desenvolvimento, coincidem em afirmar a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento e aprendizagem posteriores. Estes estudos têm oferecido grande suporte para a educação formular seus propósitos e atuação a partir do nascimento.

A pedagogia mesmo vem acumulando considerável experiência e reflexão sobre sua prática nesse campo e definindo os procedimentos mais adequados para oferecer às crianças interessantes, desafiantes e enriquecedoras oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem. A Educação Infantil inaugura a educação da pessoa.

Essa educação se dá na família, na comunidade e nas instituições. As instituições de Educação Infantil vêm se tornando cada vez mais necessária, como complemento à ação da família, o que já foi afirmado pelo mais importante documento internacional de educação deste século, a Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990).

Considera-se, no âmbito internacional, que a Educação Infantil terá um papel cada vez maior na formação integral da pessoa, no desenvolvimento de sua capacidade de aprendizagem e na elevação do nível de inteligência, mesmo porque inteligência não é herdada geneticamente nem transmitida pelo ensino, mas construída pela criança,

a partir do nascimento, na interação social mediante a ação sobre os objetos, as circunstâncias e os fatos.

As diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, consoante o que determina o Inciso IV do Artigo 9º da LDB, complementadas pelas normas dos sistemas de ensino dos Estados e Município, estabelecem os marcos para a elaboração das propostas pedagógicas para as crianças de 0 a 5 anos.

No horizonte dos dez anos deste Plano Municipal de Educação, a demanda de Educação Infantil poderá ser atendida com qualidade, beneficiando a toda criança que necessite e cuja família queira ter seus filhos frequentando uma instituição educacional. Para tanto, requerem-se, orientações pedagógicas e medidas administrativas conducentes à melhoria da qualidade dos serviços oferecidos, medidas de natureza política, tais como decisões e compromissos políticos dos governantes em relação às crianças, medidas econômicas relativas aos recursos financeiros necessários e medidas administrativas para articulação dos setores da política social envolvidos no atendimento dos direitos e das necessidades das crianças, como a Educação, a Assistência Social, a Justiça, o Trabalho, a Cultura, a Saúde e as Comunicações Sociais, além das organizações da sociedade civil.

Na distribuição de competências referentes à Educação Infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB são explícitas na corresponsabilidade das três esferas do governo – Municípios, Estado e União e da família. A articulação com a família visa mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. Quanto às esferas administrativas, a União e os Estados atuarão subsidiariamente, porém necessariamente, em apoio técnico e financeiro aos Municípios, consoante o Inciso VI do Artigo 30 da Constituição Federal.

As metas estão relacionadas à demanda manifesta e não à demanda potencial, definida pelo número de crianças na faixa etária, pois a Educação Infantil é um direito da criança.

A formação continuada dos profissionais da Educação Infantil merecerá uma atenção especial, dada à relevância de sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem. A qualificação específica para atuar na faixa de zero a seis anos inclui o conhecimento das bases científicas do desenvolvimento da criança, da produção de aprendizagens e a habilidade de reflexão sobre a prática, de sorte que esta se torne, cada vez mais, fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Além da formação acadêmica prévia, requer-se a formação permanente, inserida no trabalho pedagógico, nutrindo-se dele e renovando-o constantemente.

Para orientar uma prática pedagógica condizente com os dados das ciências e mais respeitosa possível do processo unitário de desenvolvimento da criança, constitui diretriz importante a superação das dicotomias creche/pré-escola, assistência ou assistencialismo/educação, atendimento a carentes/ educação para classe média e outras, que orientações políticas e práticas sociais equivocadas foram produzindo ao longo da história.

A Educação Infantil é um direito de toda criança e uma obrigação do Estado (Inciso IV do Artigo 208 da Constituição Federal).

Em vista deste direito e dos efeitos positivos da Educação Infantil sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, já constatados por muitas pesquisas, o atendimento de qualquer criança num estabelecimento de Educação Infantil é uma das mais sábias estratégias de desenvolvimento humano, de formação da inteligência e da personalidade, com reflexos positivos sobre todo o processo de aprendizagem posterior. Por isso, no mundo inteiro, esse segmento da educação vem crescendo significativamente e vem sendo recomendado por organismos e conferências internacionais.

Considerando, no entanto, as condições concretas de nosso país, sobretudo no que se refere à limitação de meios financeiros e técnicos, este plano propõe que a oferta pública de Educação Infantil conceda prioridade às crianças das famílias de menor renda, situando as instituições de Educação Infantil nas áreas de maior necessidade e nelas concentrando o melhor de seus recursos técnicos e pedagógicos. Deve-se contemplar, também, a necessidade do atendimento em tempo integral para as crianças de idades menores, das famílias de renda mais baixa, quando os pais trabalham fora de casa. Essa prioridade não pode, em hipótese alguma, caracterizar a Educação Infantil pública como uma ação pobre para pobres.

O que este plano recomenda é uma educação de qualidade prioritariamente para as crianças mais sujeitas à exclusão ou vítimas dela. A expansão que se verifica no atendimento às crianças de 5 e 4 anos de idade conduzirá invariavelmente à universalização, transcendendo a questão da renda familiar.

A norma constitucional de integração das crianças especiais no sistema regular será, na Educação Infantil, implementada através de programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos professores, adaptação dos estabelecimentos quanto às condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos.

1.3 Objetivos e Metas

1 - Ampliar a oferta de Educação Infantil de forma a elevar, o índice de 5% para 10%, da população de até 03 anos de idade e de 30% da população de 04 e 05 anos para 100% até o final da década.

2 - Exigir padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas, que, respeitando as diversidades

regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

a) Espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;

b) Instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;

c) Instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;

d) Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo;

e) Mobiliários equipamentos e materiais pedagógicos;

f) Adequação às características das crianças especiais.

3 - A partir do segundo ano deste plano, somente autorizar construção e funcionamento de instituições de Educação Infantil, públicas ou privadas, que atendam aos requisitos de infraestrutura definida no item anterior.

4 - Adaptar os prédios de Educação Infantil de sorte que, em cinco anos, todos estejam conforme aos padrões mínimos de infraestrutura estabelecidos.

5 - Promover permanente aprofundamento dos conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Infantil, bem como para a formação do pessoal auxiliar.

6 - Assegurar que, em cinco anos, o Município tenha definido sua política para a Educação Infantil, com base nas diretrizes nacionais, nas normas complementares estaduais e nas sugestões dos referenciais curriculares nacionais.

7 - Assegurar que, em cinco anos, todas as instituições de Educação Infantil tenham formulado, com a participação dos profissionais de educação neles envolvidos, seus projetos pedagógicos.

8 - Estabelecer no Município, no prazo de três anos, sempre que possível em articulação com as instituições de ensino superior que tenham experiência na área, um sistema de acompanhamento, controle e supervisão da Educação Infantil, nos estabelecimentos públicos e privados, visando ao apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e à garantia do cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pelas Diretrizes Nacionais e Estaduais.

9 - Instituir mecanismos de colaboração entre os setores da educação, saúde e assistência na manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento das crianças de 0 a 3 anos de idade.

10 – Garantir a alimentação escolar às crianças atendidas na Educação Infantil, nos estabelecimentos públicos e conveniados, através da colaboração financeira da União e dos Estados.

11 - Assegurar, no Município, o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional, de forma que, em cinco anos, sejam atendidos os padrões mínimos de infraestrutura definidos na meta nº 2.

12 - Implantar conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local na melhoria do funcionamento

das instituições de Educação Infantil e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

13 - Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção das medidas de melhoria da qualidade.

14 - Realizar estudos sobre custo da Educação Infantil com base nos parâmetros de qualidade, com vistas a melhorar a eficiência e garantir a generalização da qualidade do atendimento.

2 - ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 Diagnóstico

De acordo com a Constituição Brasileira, o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito. O Artigo 208 preconiza a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É básico na formação do cidadão, pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Artigo 32, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo constitui meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político. É prioridade oferecê-lo a toda população brasileira.

O § 1º do Artigo 208 da Constituição Federal afirma: “*O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo*”, e seu não-oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade competente.

De acordo com tabelas apresentadas que mostram as matrículas em nosso município nos anos de 2001 a 2010, nota-se que

nosso problema não está relacionado a vagas no ensino fundamental, mas sim, ao índice de evasão e repetência.

O fator mais agravante em termos de cobertura e permanência na escola, em nosso município, é a baixa densidade demográfica e grande extensão territorial, é este também o fator que faz com que toda região norte continue a ter a segunda pior taxa de escolarização do país.

2.2 - Diretrizes

As diretrizes norteadoras da educação fundamental estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

Garantir a universalização do Ensino Fundamental, sob a responsabilidade do Poder Público, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e qualidade da educação escolar. O direito ao Ensino Fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade até a conclusão, permanência e terminalidade.

O atraso no percurso escolar resultante da repetência e da evasão sinaliza para a necessidade de políticas educacionais destinadas à correção das distorções idade/série. A expressiva presença de jovens com mais de 14 anos no Ensino Fundamental, demanda a criação de condições próprias para a aprendizagem dessa faixa etária, adequadas à sua maneira de usar o espaço, o tempo, os recursos didáticos e as formas peculiares com que a juventude tem de conviver.

Além do atendimento pedagógico, a escola tem responsabilidades sociais que extrapolam o simples ensinar, especialmente para crianças carentes. Para garantir um melhor equilíbrio e desempenho dos alunos, faz-se necessário ampliar o atendimento social, sobretudo nos municípios de menor renda, com procedimentos como renda mínima associada à educação, alimentação escolar, livro didático e transporte escolar.

A escola rural requer um tratamento direcionado, pois a oferta de Ensino Fundamental precisa chegar a todos os recantos do país e a ampliação da oferta dos anos iniciais em substituição às classes Multisseriadas é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade.

Reforçando o projeto político-pedagógico da escola, como a própria expressão da organização educativa da unidade escolar, surgem os conselhos escolares, que deverão orientar-se pelo princípio democrático da participação. A gestão da educação e a cobrança de resultados, tanto das metas como dos objetivos propostos neste plano, envolverão comunidade, alunos, pais, professores e demais trabalhadores da educação.

A atualidade do currículo, valorizando um paradigma curricular que possibilite a interdisciplinaridade, abre novas perspectivas no desenvolvimento de habilidades para dominar esse novo mundo que se desenha. As novas concepções pedagógicas embasadas na ciência da educação sinalizaram a reforma curricular expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que surgiram como importante proposta e eficiente orientação para os professores. Os temas estão vinculados ao cotidiano da maioria da população.

Além do currículo composto pelas disciplinas tradicionais, propõem a inserção de temas transversais como: ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, entre outros. Esta estrutura curricular deverá estar sempre em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional da Educação e dos conselhos de educação dos Estados e do município.

Deve-se assegurar a melhoria da infraestrutura física das escolas, generalizando inclusive as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas para alunos com necessidades educacionais especiais, até os espaços especializados de

atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos.

É preciso avançar mais nos programas de formação e de qualificação de professores. A oferta de cursos para a habilitação de todos os profissionais de magistério deverá ser um compromisso efetivo das instituições de educação superior e dos sistemas de ensino.

2.3 - Objetivos e Metas

1. Manter a universalização e o atendimento de toda a clientela do Ensino Fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, estabelecendo em regiões em que demonstrar necessários programas específicos, com a colaboração da União, do Estado e do Município.

2. Regularizar o fluxo escolar reduzindo em 30%, em cinco anos, as taxas de repetência e evasão, por meio de programas de aceleração da aprendizagem e de recuperação paralela ao longo do curso, garantindo efetiva aprendizagem.

3. Elaborar, no prazo de cinco anos, padrões mínimos nacionais de infraestrutura para o Ensino Fundamental compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades regionais, incluindo:

- a)** Espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;
- b)** Instalações sanitárias e para higiene;
- c)** Espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar;
- d)** Adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- e)** Atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;
- f)** Mobiliário equipamento e materiais pedagógicos;
- g)** Telefone e serviço de reprodução de textos;

h) Informática e equipamento multimídia para o ensino.

4. A partir do segundo ano da vigência deste plano, somente autorizar a construção e funcionamento de escolas que atendam aos requisitos de infraestrutura definidos.

5. Assegurar que, em cinco anos, todas as escolas atendam aos itens "a" e "d" e, em dez anos, a totalidade dos itens.

6. Estabelecer em todos os sistemas de ensino e com o apoio da União e da comunidade escolar, programas para equipar todas as escolas, gradualmente, com os equipamentos discriminados nos itens de "e" a "h".

7. Assegurar a reformulação dos projetos pedagógicos, com observância das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

8. Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição dos conselhos escolares ou órgãos equivalentes.

9. Integrar recursos do Poder Público destinados à política social, em ações conjuntas da União, do Estado e Município, para garantir entre outras metas, a renda mínima associada a ações sócio-educativas para as famílias com carência econômica comprovada.

10. Manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação, estabelecendo entre seus critérios a adequada abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduza estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio.

11. Em regime de colaboração com a União, Estado e Município, prover de literatura, textos científicos, obras básicas de

referência e livros didático-pedagógicos de apoio ao professor às escolas do Ensino Fundamental.

12. Transformar progressivamente as escolas multisseriadas em escolas de mais de um professor, levando em consideração as realidades e as necessidades pedagógicas e de aprendizagem dos alunos.

13. Prover de transporte escolar a zona rural, quando necessário, com colaboração financeira da União, Estado e Município, de forma a garantir a escolarização dos alunos e o acesso à escola por parte do professor.

14. Garantir, com a colaboração da União, do Estado e do Município, o provimento da alimentação escolar e o equilíbrio necessário garantindo os níveis calórico-protéicos por faixa etária.

15. Assegurar o aumento da carga horária semanal.

16. Articular as atuais funções de supervisão, orientação e inspeção no sistema de avaliação.

17. Prever forma mais flexível de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio.

18. Assegurar a elevação progressiva do nível de desempenho dos alunos mediante a implantação, em todos os sistemas de ensino, de um programa de monitoramento que utilize os indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos sistemas de avaliação do Estado e Município que venham a ser desenvolvidos.

19. Assegurar que a Educação Ambiental continue sendo tratada como Componente Curricular nas séries finais, dentro da parte diversificada, levando em conta a realidade do nosso município onde existe exploração de madeira e existência do garimpo e como tema

transversal, nas séries iniciais, será desenvolvida como uma prática educativa integrada contínua e permanente em conformidade com a Lei nº. 9.795/99.

20. Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania.

21. Observar as metas estabelecidas referentes à educação a distância, formação de professores, educação especial e financiamento e gestão.

22. Criação de Escolas Polos rurais que ofereçam o Ensino Fundamental no período diurno e no período noturno o espaço físico será cedido ao estado para funcionamento do Ensino Médio e para Educação a distância.

3. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.1 - Diagnóstico

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (Inciso I do Artigo 214). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade.

Os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar, o Ensino Fundamental obrigatório.

Embora tenha havido progresso com relação a essa questão, o número de analfabetos é ainda excessivo e envergonha o país: atinge 16 milhões de brasileiros maiores de 15 anos. O analfabetismo está

intimamente associado às taxas de escolarização e ao número de crianças fora da escola.

Todos os indicadores apontam para a profunda desigualdade regional na oferta de oportunidades educacionais e a concentração da população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos bolsões de pobreza existentes no País. Cerca de 30% da população analfabeta com mais de 15 anos está localizada no Nordeste. Em nosso município a taxa de analfabetismo é 13,4%.

Uma concepção ampliada de alfabetização abrangendo a formação equivalente às oito séries do Ensino Fundamental, aumenta a população a ser atingida, pois é muito elevado o número de jovens e adultos que não lograram completar a escolaridade obrigatória.

Embora o analfabetismo esteja concentrado nas faixas etárias mais avançadas e as taxas tenham se reduzido, passando de 20,1% da população em 1991, para 15% em 1995, há também uma redução insuficiente do analfabetismo ao longo do tempo. As gerações antigas não podem ser consideradas como as únicas responsáveis pelas taxas atuais, pois pessoas entre 15 e 30 anos em 1997 somavam cerca de 21,4% do analfabetismo total. O problema não se resume a uma questão demográfica. Como há reposição do estoque de analfabetos, além do fenômeno da regressão, é de se esperar que apenas a dinâmica demográfica seja insuficiente para promover a redução em níveis razoáveis nos próximos anos. Por isso, para acelerar a redução do analfabetismo é necessário agir ativamente tanto sobre o estoque existente quanto sobre as futuras gerações.

Não se verificam distorções significativas em função do gênero, estando inclusive às mulheres melhor posicionadas nos grupos etários abaixo dos 40 anos. Tomando-se o corte regional, as mulheres têm, em todas as regiões, uma maior média de anos de estudo. Entretanto quando o fator verificado é a etária, nota-se uma distorção, a indicar a necessidade de políticas focalizadas.

Cabe, por fim, considerar que o resgate da dívida educacional não se restringe à oferta de formação equivalente às quatro séries iniciais é parte integrante dos direitos assegurados pela Constituição Federal e deve ser ampliada gradativamente. Da mesma forma, deve ser garantido, aos que completaram o Ensino Fundamental, o acesso ao ensino médio.

Uma tarefa dessa envergadura necessita de garantia e programação de recursos necessários. Esta questão é abordada no capítulo referente ao financiamento e gestão.

3.2 - Objetivos e Metas

1. Estabelecer, a partir da aprovação do PNE, ações conjuntas da União, do Estado e Município programas visando alfabetizar 60% de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, praticamente erradicar o analfabetismo em nosso município.

2. Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalentes às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido este nível de escolaridade.

3. Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do Ensino Fundamental para toda a população de 15 anos e mais que concluiu as quatro séries iniciais.

4. Estabelecer políticas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil, para a educação de jovens e adultos.

5. Proceder a um mapeamento, por meio de censo educacional, nos termos do Artigo 5º, § 1º da LDB, da população

analfabeta, por bairro ou distrito das residências e/ou locais de trabalho, visando localizar e induzir a demanda e programar a oferta de educação de jovens e adultos para essa população.

6. Restaurar, criar e fortalecer, na Secretaria Municipal de Educação, setor próprio incumbido de promover a educação de jovens e adultos.

7. Realizar em parceria com a SEDUC, a cada dois anos, avaliações e divulgação dos resultados dos programas de educação de jovens e adultos, como instrumento para assegurar o cumprimento das metas do Plano.

8. Articular as políticas de Educação de Jovens e Adultos com as culturais, de sorte que sua clientela seja beneficiária de ações que permitam ampliar seus horizontes culturais.

9. Oferecer a matrícula a jovens e adultos no Ensino Fundamental Regular, onde houver demanda.

4 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

4.1 - Diagnóstico

A Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (Inciso III do Artigo 208). A diretriz atual é a da plena integração das pessoas com necessidades especiais com o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas "regulares".

Dos 5.507 municípios brasileiros, 59,1% não ofereciam educação especial em 1998. As diferenças regionais são grandes. No nordeste, a ausência dessa modalidade acontece em 78,3% dos municípios, destacando-se Rio Grande do Norte, com apenas 9,6% dos

seus municípios apresentando dados de atendimento. Na Região Sul, 58,1% dos municípios ofereciam educação especial, sendo o Paraná o de mais alto percentual (83,2%). No Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul tinha atendimento em 76,6% dos seus Municípios. Espírito Santo é o Estado com o mais alto percentual de municípios que oferecem educação especial (83,1%).

Entre as esferas administrativas, 48,2% dos estabelecimentos de Educação Especial em 1998 eram estaduais; 26,8%, municipais; 24,8%, particulares e 0,2%, federais. Como os estabelecimentos são de diferentes tamanhos, as matrículas apresentam alguma variação nessa distribuição: 53,1% são da iniciativa privada; 31,3%, estaduais; 15,2%, municipais e 0,3%, federais. Nota-se que o atendimento particular, nele incluído o oferecido por entidades filantrópicas, é responsável por quase metade de toda a Educação Especial no País. Dadas as discrepâncias regionais e a insignificante atuação federal, há necessidade de uma atuação mais incisiva da União nessa área.

A eliminação das barreiras arquitetônicas nas escolas é uma condição importante para a integração dessas pessoas no ensino regular, constituindo uma meta necessária na década da educação. Outro elemento fundamental é o material didático-pedagógico adequado, conforme as necessidades específicas dos alunos. Inexistência, insuficiência, inadequação e precariedades podem ser constatadas em muitos centros de atendimento a essa clientela.

Faz-se necessário buscar:

- Integração/inclusão do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino e, se isto não for possível em função das necessidades do educando, realizar o atendimento em classes e escolas especializadas;
- Melhoria da qualificação dos professores do Ensino Fundamental para essa clientela;

- Expansão da oferta dos cursos de formação/especialização pelas universidades e escolas normais.

A Educação Especial em nosso município é integrada à rede regular de ensino e os alunos com Especialidades Específicas são atendidos pela APAE – Espigão do Oeste.

4.2 - Diretrizes

A Educação Especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos.

A integração dessas pessoas no sistema de ensino regular é uma diretriz constitucional (Artigo 208, III), fazendo parte da política governamental há pelo menos uma década. Mas, apesar desse relativamente longo período, tal diretriz ainda não produziu a mudança necessária na realidade escolar, de sorte que todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais sejam atendidos em escolas regulares, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições pessoais. Uma política explícita e vigorosa de acesso à educação de responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, é uma condição para que as pessoas especiais sejam asseguradas em seus direitos à educação.

Tal política abrange: o âmbito social, do reconhecimento das crianças, jovens e adultos especiais como cidadãos e de seu direito de estarem integrados na sociedade o mais plenamente possível; o âmbito educacional, tanto nos aspectos administrativos (adequação do espaço escolar, de seus equipamentos e materiais pedagógicos) quanto na qualificação dos professores e demais profissionais envolvidos. O ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração. Propõe-se uma escola integradora, inclusiva, aberta à

diversidade dos alunos, no que a participação da comunidade é fator essencial. Quanto às escolas especiais, a política de inclusão as reorienta para prestarem apoio aos programas de integração.

Entre outras características dessa política, são importantes a flexibilidade e a diversidade, quer porque o espectro das necessidades especiais é variado, quer porque as realidades são bastante diversificadas no País.

Considerando as questões envolvidas no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, a articulação e a cooperação entre os setores de educação, saúde e assistência é fundamental e potencializa a ação de cada um deles. Como é sabido, o atendimento não se limita à área educacional, mas envolvem especialistas, sobretudo da área da saúde e da psicologia e dependem da colaboração de diferentes órgãos do Poder Público, em particular os vinculados à saúde, assistência e promoção social, inclusive em termos de recursos.

4.3 - Objetivos e Metas

1. Organizar, em nosso município com o apoio das áreas de saúde a assistência, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de Educação Infantil, especialmente creches.

2. Estabelecer ações conjuntas da União, do Estado e Município para garantir a generalização, a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em parceria com a área de saúde, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças especiais.

3. Nos primeiros cinco anos de vigência deste plano, em parceria com União e Estado redimensionar conforme as necessidades da clientela incrementando, se necessário, as classes especiais, salas de recursos e alternativas pedagógicas recomendadas, de forma a favorecer

e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais em classes comuns, fornecendo-lhes o apoio adicional de que precisam.

4. Buscar parceria para conseguir livros didáticos falados, em braile e em caracteres ampliados, para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal do Ensino Fundamental.

5. Estabelecer os padrões mínimos de infraestrutura das escolas para o recebimento dos alunos especiais;

6. A partir da vigência dos novos padrões, somente autorizar a construção de prédios escolares, públicos ou privados, em conformidade aos já definidos requisitos de infraestrutura para atendimento dos alunos especiais.

7. Adaptar, em cinco anos, os prédios escolares existentes, de acordo com as normas de acessibilidade em conformidade com a Lei nº 098/2000

8. Definir, em conjunto com as entidades da área, nos dois primeiros anos de vigência deste plano, indicadores básicos de qualidade para o funcionamento de instituições de educação especial, públicas e privadas e generalizar, progressivamente, sua observância.

9. Ampliar o fornecimento e uso de equipamentos de informática como apoio à aprendizagem de educando com necessidades especiais, inclusive através de parceria com organizações da sociedade civil voltadas para esse tipo de atendimento em todas as escolas.

10. Assegurar, durante a década, transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldade de locomoção.

11. Assegurar a inclusão, no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, definindo os recursos disponíveis e oferecendo formação em serviço aos professores em exercício.

12. Articular as ações de educação especial e estabelecer mecanismos de cooperação com a política de educação para o trabalho, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais,

para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional para alunos especiais, promovendo sua colocação no mercado de trabalho. Definir condições para a terminalidade para os educandos que não puderem atingir níveis ulteriores de ensino.

13. Assegurar a continuidade do apoio técnico-financeiro às instituições privadas sem fim lucrativo com atuação exclusiva em Educação Especial, que realizem atendimento de qualidade, atestado em avaliação conduzida pelo respectivo sistema de ensino.

14. Capacitar gradativamente professores da rede pública de ensino, para atendimento aos alunos que possuem necessidades especiais, incluídos na rede regular.

15. Capacitar, em parceria com a SEDUC, outras entidades e profissionais da educação especial para atuarem como intérpretes da Língua Brasileira de Sinais.

16. Garantir a atuação em sala de aula de professores intérpretes nas escolas integradas que atendam alunos surdos

17. Garantir a participação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas atividades Culturais, de Lazer e desportivas, programadas no calendário escolar.

18. Ampliar os serviços de orientação e apoio às famílias do aluno com necessidades educacionais especiais integrados na rede regular de ensino.

19. Fortalecer o serviço de assessoramento técnico-pedagógico às escolas que possuem alunos com necessidades educacionais especiais.

20. Ampliar a oferta de atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais da faixa etária acima de 14 anos para conclusão do Ensino Fundamental.

V - MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1 - Formação dos Professores e Valorização do Magistério

1.1 - Diagnóstico

A melhoria da qualidade do ensino, que é um dos objetivos centrais do Plano Municipal de Educação, somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério. Sem esta, ficam prejudicados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades de ensino. Essa valorização só pode ser obtida objetivando:

- As condições de trabalho, salário e carreira.
- A formação continuada.

É importantíssimo formar mais e melhor os profissionais da educação, o que inclui o nível superior para melhor qualidade de ensino, uma vez que o próprio mercado de trabalho cada vez mais exige profissionais qualificados e permanentemente atualizados. É preciso que os professores tenham perspectivas de crescimento profissional e de continuidade de seu processo de formação, criar condições para que mantenham o entusiasmo, a confiança e a dedicação no trabalho pedagógico. É necessário manter nossa rede de ensino com perspectivas de constante aperfeiçoamento e ainda com um salário digno e uma carreira de magistério.

Com este diagnóstico o Plano Municipal de Educação estabelece diretrizes e metas relativas à melhoria das unidades escolares, quer nos espaços físicos, na infraestrutura, nos materiais pedagógicos e de apoio na tecnologia, quer no que diz respeito à formação das propostas pedagógicas, a participação dos profissionais da educação na elaboração dos projetos pedagógicos e conselhos escolares de cada unidade, na reformulação do plano de carreira e de remuneração do magistério municipal e do pessoal administrativo e de apoio.

**DEMONSTRATIVO DOS PROFISSIONAIS/PROFESSORES
MUNICIPAIS EM EDUCAÇÃO 2010**

Escolas	Nível superior	Cursando Nível superior	Magist.	Total
EMEIEF Teobaldo Ferreira	27	02	-	29
EMEIEF Simone Moura	14	02	-	16
EMEIEF Clélia D. Mundim	14	01	-	15
EMEI Sérgio Balbinot	10	02	-	12
Creche Prof. Antônio Brasil	03	02	01	06
EMEIEF Brás Cubas	17	02	-	19
EMEF Maria Rosa de Oliveira	09	01	01	11
EMEF Aurélio B. de Holanda	18	-	01	19
EEEF Tancredo de Almeida Neves	18	-	02	20
EMEF Juscelino K. de Oliveira	02	01	-	03
EMEF Dílson R. Bello	01	01	-	02
SEMED	09	-	-	09
Cedidos	03	-	-	03
Servidores Permutados	04	-	-	04
<i>TOTAL GERAL</i>	149	14	05	168

1.2 - Diretrizes

A implementação de políticas públicas de formação continuada dos profissionais é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento de nossa cidade, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas.

O docente exerce um papel decisivo no processo educacional da população.

A valorização do magistério implica, pelo menos, os seguintes requisitos:

- Uma formação profissional que assegure o desenvolvimento do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem.

- Um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo.

- Jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula.

- Salário digno competitivo no mercado de trabalho.
- Compromisso social e político do magistério.

O compromisso social e político do magistério, depende dos próprios professores:

- a)** Compromisso com a aprendizagem dos alunos;
- b)** Respeito a que tem direito como cidadãos em formação;
- c)** Interesse pelo trabalho;
- d)** Participação no trabalho de equipe na escola.

Assim, a valorização do magistério depende, pelo lado do Poder Público, a garantia de condições adequadas de formação, de trabalho e de remuneração e, pelo lado dos profissionais do magistério, o bom desempenho na atividade. A formação continuada é importantíssima em decorrência do avanço tecnológico e científico e da exigência de um nível de conhecimento sempre mais amplo e profundo, portanto este plano dará especial atenção a formação permanente dos profissionais em serviço.

Quanto à remuneração, é indispensável que níveis mais elevados correspondam a exigências maiores de qualificação profissional e de desempenho.

A formação continuada dos profissionais da educação pública municipal deverá ser garantida pela divisão municipal de educação e também em parceria com a secretaria de Estado, cuja atuação incluirá a

coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente. Em relação aos professores que atuam na rede privada será de responsabilidade das respectivas instituições.

A educação escolar não se reduz à sala de aula e se viabiliza pela ação articulada entre todos os agentes educativos: docentes, técnicos, funcionários administrativos e de apoio que atuam na unidade escolar. Por essa razão, a formação dos profissionais para as áreas técnicas e administrativas deve esmerar-se em oferecer a mesma qualidade dos cursos para os professores.

1.3 - Objetivos e Metas

1. Garantir a implantação dos planos de carreira para o magistério, reelaborando o já existente, de acordo com as determinações das leis vigentes.

2. Designar no mínimo 25% da carga horária dos professores para a preparação de aulas, avaliações e reuniões pedagógicas.

3. Para as áreas de Educação Física e Língua Inglesa só admitir profissionais especialistas quer na Educação Infantil, quer no Ensino Fundamental e para Educação Especial, especialista com curso de no mínimo 180 horas.

4. Identificar e mapear, no sistema de ensino municipal, as necessidades de formação continuada do pessoal técnico administrativo, elaborando e dando início à sua implementação, no prazo de três anos a partir da vigência deste Plano Municipal de Educação - PME.

5. Promover, em ação conjunta da União e do Estado, a avaliação periódica da qualidade de atuação dos professores.

6. Observar as metas estabelecidas nos demais capítulos referentes à formação de professores e valorização do magistério.

VI - FINANCIAMENTO E GESTÃO

1 – Diagnóstico

A fixação de um plano de metas exige uma definição de custos, assim como a identificação dos recursos disponíveis e das estratégias para sua ampliação seja por meio mais eficiente, seja por meio de criação de novas fontes, a partir da constatação da necessidade de maior investimento.

A Constituição definiu uma divisão de responsabilidades entre a União, os Estados e os Municípios estabelecendo a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração.

A Emenda Constitucional nº. 53 que criou o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - aprovada em 06 de dezembro de 2006, tem por objetivo proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos em educação.

Financiamento e Gestão estão indissoluvelmente ligados. A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício do controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação. A LDB facilitou amplamente esta tarefa. Ao estabelecer, no § 5º do Artigo 69, o repasse automático dos recursos vinculados, ao órgão gestor e ao regulamentar quais as despesas admitidas como gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Para a elaboração de uma proposta financeira a ser desenvolvida no município para os próximos anos salientamos a necessidade de demonstrar através de dados reais e significativos os recursos destinados à educação bem como sua aplicação nas diversas ações programadas, cumprindo as metas e objetivos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

**DESPESAS COM EDUCAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA E
ELEMENTOS DE DESPESA – 2002 / 2009.**

Ano	Despesas Correntes					Despesas de Capital					Total Geral
	Pessoal	%	outros	%	Sub Total	Obras e Instalações	%	Equip. Mat. Perm.	%	Sub Total	
2002	1.579.539,13	61,00	883.182,75	34,00	2.462.721,88	54.835,51	2,15	73.047,73	2,85	127.883,24	2.590.605,12
2003	1.840.440,16	59,65	1.034.171,56	33,52	2.874.611,72	176.939,38	5,74	33.854,70	1,09	210.794,68	3.085.406,40
2004	2.069.976,05	60,13	1.276.607,44	37,08	3.346.583,49	39.919,05	1,18	55.461,50	1,61	95.380,55	3.441.964,04
2005	2.706.787,18	58,53	1.690.888,42	36,56	4.397.675,60	178.582,23	3,86	48.162,00	1,65	226.744,23	4.624.419,83
2006	3.140.186,00	60,82	1.944.777,67	37,67	5.084.963,67	58.609,37	1,14	18.961,00	0,37	77.570,37	5.162.534,04
2007	3.484.989,52	61,18	1.970.402,29	34,59	5.455.391,81	204.259,03	3,59	36.573,90	0,64	240.832,93	5.696.224,74
2008	4.212.311,90	60,12	2.258.209,39	32,23	6.470.521,29	299.066,79	4,27	236.556,10	3,38	535.622,89	7.006.144,18
2009	4.614.621,88	57,76	2.439.841,87	30,54	7.054.463,75	309.685,78	3,88	624.823,48	7,82	934.509,26	7.988.973,01

RECURSOS APLICADOS EM EDUCAÇÃO 2002 / 2009 - DESPESA EMPENHADA

Ano	Despesas Com Educação %	Educação Infantil (1)	Ensino Fundamental (2)	Manutenção End. Infantil e Fundamental (3)	Total 1+2+3
2002	26,55	257.145,69	1.899.226,21	281.795,81	2.438.167,71
2003	28,22	327.596,33	2.471.715,95	286.094,12	3.085.406,40
2004	26,69	378.373,25	2.867.470,71	295.828,08	3.541.672,04
2005	28,45	455.700,49	3.870.936,69	297.782,65	4.624.419,83
2006	27,21	493.514,75	4.230.493,67	398.664,11	5.667.043,87
2007	27,19	628.820,08	3.312.883,26	2.058.250,33	5.999.953,67
2008	27,93	787.448,35	5.544.521,98	1.029.441,88	7.361.412,21
2009	30,24	872.553,76	4.974.218,86	2.380.902,66	8.227.675,28

**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DAS RECEITAS DO
MUNICÍPIO/2009**

FONTE	VALOR
Orçamento Geral do Município Receita – Base de Cálculo	22.638.005,32
Aplicação Mínima (25%)	5.659.501,33
Recursos do FUNDEB – Receita em 2009	5.047.398,86
Recurso Programa Dinheiro Direto na Escola	0,00
Recurso do Programa Merenda Escolar	128.805,60
Recurso Salário Educação	128.554,20
Recursos Programa Nacional de Transporte Escolar	140.844,42
Recurso convênio (SEDUC/Transporte Escolar)	1.014.023,48
Recurso Programa Educação de Jovens e Adultos	0,00

DADOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO - 2009

Receita Municipal	22.638.005,32			
Educação (25% ou +)	25% 5.659.501,32		Aplicado 30,24	Valor Aplicado 6.847.964,14
Ensino Fundamental	4.974.218,86			
Educação Infantil	872.553,76			
Recurso do FUNDEB	5.014.640,89		Aplicado 63,16	Folha Pagt° 3.167.664,00
Salário do Professor –Inicial	25 h Magist R\$ 666,87	40 h Magist R\$ 1.512,10	25 h Nível Sup R\$ 1.200,10	40 h Nível Sup. R\$ 1.973,15
Salário Diretor	-	-	-	R\$ 2.084,02
Salário Especialista	-	-	-	R\$ 1.941,02
Custo Aluno Ano	2.192,35	8.639,15	2.190,32	-

De acordo com a Constituição de 1988, artigo 212 e artigo 69, Lei 9394/96 – LDB “A União aplicará, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida, a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO MUNICÍPIO E VALOR APLICADO NA EDUCAÇÃO – 2002 / 2009

Ano	Receita Líquida no Município	Receita da Educação Obrigatória	Valor Aplicado na Educação
2002	7.153.300,19	1.788.325,05	1.899.226,21
2003	8.686.041,57	2.171.510,39	2.451.499,93
2004	10.743.104,32	2.685.776,08	3.697.988,41
2005	13.031.421,33	3.257.855,33	3.708.465,58
2006	14.888.533,16	3.722.133,29	4.051.272,34
2007	17.317.365,19	4.329.341,29	4.708.029,47
2008	22.382.696,66	5.595.674,16	6.253.640,61
2009	22.638.005,32	5.659.501,33	6.847.964,14

REPASSE DE IMPOSTOS – ESPIGÃO DO OESTE – 2009

IPTU	350.961,40
ISSQN – Simples Nacional	74.134,09
ISQN	591.067,62
ITBI	287.555,16
IRRF	372.766,70
FPM	7.781.699,66
IPI	0,00
ITR	27.882,28
ICMS	12.339.715,09
IPVA	548.585,97
Cota Parte Imp. S/Ouro	0,00
ICMs Desoneração LC 87/96 Lei Kandir	32.260,44
Multas e Juros sobre Impostos	119.108,31
Dívida Ativa de Impostos	112.268,60
RECEITA TOTAL	22.638.005,32

REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO / APLICAÇÃO DOS 60% - 2002 / 2009

Ano	Repasse FUNDEB	Aplicação Mínima (60%)	Valor Atingido	%
2002	1.588.159,06	955.444,45	956.211,25	60,20
2003	1.788.773,68	1.073.264,20	1.087.481,35	60,79
2004	2.069.928,35	1.241.957,01	1.276.489,20	61,66
2005	2.747.986,15	1.648.791,69	1.661.068,54	60,44
2006	2.819.198,45	1.691.519,07	1.702.861,19	60,40
2007	3.503.717,78	2.102.230,66	2.211.095,01	63,10
2008	4.503.266,47	2.701.959,88	2.811.433,88	62,43
2009	5.014.640,89	3.008.784,53	3.167.664,00	63,16

A lei do FUNDEB prevê ainda que os 40% do restante do recurso sejam destinados às despesas de folha de pagamento dos outros profissionais que não estejam diretamente ligados ao aluno: construções, ampliações e reformas de prédios escolares, capacitações, compra de materiais didáticos e escolares, móveis escolares, material de informática e transporte escolar, sendo que é obrigação dos Conselhos de Educação e do FUNDEB o acompanhamento e a fiscalização destes recursos.

INVESTIMENTO EM TRANSPORTE ESCOLAR - 2004

Fonte Recurso	%	Valor	Nº de Alunos	Km /Dia Rodado	Custo Médio Mensal	Total Geral 1.313.708,52
Municipal	56,71	745.022,95	533	1.025	101.640,23	
Estadual	33,63	441.867,36	900	408	60.282,04	
Federal	9,65	*126.818,21				

Recurso utilizado para manutenção da frota própria.

INVESTIMENTO EM TRANSPORTE ESCOLAR - 2005

Fonte Recurso	%	Valor	Nº de Alunos	Km /Dia Rodado	Custo Médio Mensal	Total Geral 1.561.894,06
Municipal	62,52	976.590,06	733	2.032	133.231,97	
Estadual	28,79	449.813,80	533	527	61.366,13	
Federal	8,67	*135.490,20				

Recurso utilizado para manutenção da frota própria.

INVESTIMENTO EM TRANSPORTE ESCOLAR - 2006

Fonte Recurso	%	Valor	Nº de Alunos	Km /Dia Rodado	Custo Médio Mensal	Total Geral 1.796.678,18
Municipal	66,96	1.202.981,57	*1.086	*2.351	*135.378,90	
Estadual	24,65	442.889,20	604	647	44.288,92	
Federal	8,39	*150.807,41	-	-	-	

Recurso utilizado para manutenção da frota própria.

INVESTIMENTO EM TRANSPORTE ESCOLAR - 2007

Fonte Recurso	%	Valor	Nº de Alunos	Km /Dia Rodado	Custo Médio Mensal	Total Geral 2.082.461,76
Municipal	70,52	1.468.616,41	1.323	1.868	146.861,64	
Estadual	21,24	442.333,05	532	647	44.233,35	
Federal	8,24	171.512,30	-	-	-	

Recurso utilizado para manutenção da frota própria.

INVESTIMENTO EM TRANSPORTE ESCOLAR - 2008

Fonte Recurso	%	Valor	Nº de Alunos	Km /Dia Rodado	Custo Médio Mensal	Total Geral 2.556.678,55
Municipal	60,35	1.543.042,86	1.361	1.797	154.304,29	
Estadual	31,09	794.778,14	539	1.171	79.477,81	
Federal	8,56	218.857,55	-	-	-	

Recurso utilizado para manutenção da frota própria.

INVESTIMENTO EM TRANSPORTE ESCOLAR - 2009

Fonte Recurso	%	Valor	Nº de Alunos	Km /Dia Rodado	Custo Médio Mensal	Total Geral 3.020.792,88
Municipal	69,95	2.112.996,71	1.312	1.952	211.299,67	
Estadual	26,42	798.164,04	725	1.283	79.816,40	
Federal	3,63	109.632,13	-	-	-	

Recurso utilizado para manutenção da frota própria.

2 – Diretrizes

Ao tratar do financiamento da Educação, é preciso reconhecê-la como um valor em si, requisito para o exercício pleno da cidadania, para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade de vida da população. A Constituição de 1988 sintoniza com os valores jurídicos que emanam dos documentos que incorporam as conquistas de nossa época – tais como a Declaração Universal de Direitos do Homem e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança – determinou expressamente que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família (Artigo 205 da Constituição Federal), devendo ser assegurada “com absoluta prioridade” à criança e ao adolescente (Artigo 227, caput da Constituição Federal) pela família, pelo Estado e pela Sociedade.

Embora a educação tenha outras dimensões relevantes, inclusive a econômica, o fundamento da obrigação do Poder Público de financiá-la é fato de constituir um direito. Assim, a Educação e seu financiamento não serão tratados neste PME como problema econômico, mas como uma questão de cidadania.

Uma diretriz do plano é o financiamento da Educação: a vinculação constitucional de recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino. Somente a garantia de recursos e seu fluxo regular permite o planejamento educacional.

Outra diretriz é a qualidade do ensino, o conceito não é mais o de valor mínimo por aluno e sim o de custo-aluno-qualidade. Este deve ser a referência para a política de financiamento da Educação. Para enfrentar esta necessidade, os sistemas de ensino devem ajustar suas contribuições financeiras a este padrão desejado e a União cabe fortalecer sua função supletiva e redistributiva.

A Educação é um dever da União, do Estado, do Município e da Sociedade e não apenas de um órgão. Evidentemente a divisão Municipal da Educação há de ter o papel central no que se refere à

educação escolar. Mas há também que se articular com outras secretarias, reunindo competências seja em termos de apoio técnico ou recursos financeiros, em áreas de atuação comum ou em regime de colaboração.

A educação é um todo integrado, pois o que ocorre num determinado nível repercute nos demais, tanto no que se refere aos aspectos quantitativos como qualitativos. Há competências concorrentes, como é o caso do Ensino Fundamental, providos pelo Estado (6º a 9º ano) e o Município (1º a 5º ano), além do transporte e da merenda escolar. A Educação Infantil é de responsabilidade do Município, mas não pode ser negligenciada a função supletiva do Estado (Artigo 30, VI, CF) e da União Artigo 30, VI, CF e Artigo 211, § 1º, CF). Portanto, uma diretriz importante é o aprimoramento contínuo do regime de colaboração.

Quanto à distribuição e gestão dos recursos financeiros, constitui diretriz da maior importância a transparência. Assim sendo, devem ser fortalecidas as instâncias de controle interno e externo, órgãos de sistemas de ensino, como o Conselho Estadual de Educação e os órgãos de controle social, como o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e APPs.

Para que seja possível o planejamento educacional, é importante implantar sistemas de informação, com aprimoramento da base de dados educacionais do aperfeiçoamento do processo de coleta e armazenamento de dados censitários e estatísticos sobre a Educação Municipal. Desta maneira, poder-se-á ter um sistema de avaliação – indispensável para verificar a eficácia das políticas públicas em matéria de educação. A adoção de ambos os sistemas requer a formação de recursos humanos qualificados e a informatização dos serviços na divisão municipal, com objetivo de conectá-la em rede com as suas escolas, com a Secretaria de Estado e com o MEC.

3 - Objetivos e Metas

3.1 - Financiamento

1. Apoiar os mecanismos de fiscalização e controle que assegure o rigoroso cumprimento do Artigo 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Entre esses mecanismos, estará o demonstrativo de gastos elaborados pelo poder executivo e apreciado pelo legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas, discriminando os valores correspondentes a cada uma das alíneas do Artigo 70 da LDB.

2. Assegurar o cumprimento do Artigo 70 da LDB, que define os gastos admitidos com a manutenção e desenvolvimento do ensino.

3. Mobilizar os Tribunais de Contas, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social, o Conselho Estadual de Educação e a população em geral para exercerem a fiscalização necessária para o cumprimento das metas estabelecidas neste PME.

4. Garantir, entre as metas plurianuais vigentes nos próximos dez anos, a previsão do suporte financeiro às metas do **PME**.

3.2 - Gestão

1. Aperfeiçoar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino com vistas a uma ação coordenada entre entes federativos, compartilhando responsabilidades, a partir das funções constitucionais e supletivas e das metas deste **PME**.

2. Definir, no sistema de ensino, normas democrática do ensino público, com a participação da comunidade.

- 3.** Desenvolver padrão de gestão, para a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade.
- 4.** Apoiar tecnicamente as escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica.
- 5.** Assegurar a autonomia administrativa e pedagógica das escolas.
- 6.** Informatizar as divisões municipais de educação, integrando-a em rede nacional de estatísticas educacionais.
- 7.** Estabelecer, no município, programas de formação do pessoal técnico da divisão municipal, para suprir as necessidades dos setores de informação e estatística educacionais, planejamento e avaliação.
- 8.** Informatizar a administração das escolas municipais, conectando-as em rede com a Secretaria Municipal de Educação.
- 9.** Assegurar que todos os diretores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental possuam formação em Pedagogia, com 4 anos de efetivo exercício no magistério.
- 10.** Estabelecer no município, em cinco anos, programas de acompanhamento e avaliação dos estabelecimentos de Educação Infantil.
- 11.** Observar as metas estabelecidas nos demais capítulos referentes a financiamento e gestão.

VII – PROPOSTA DE AÇÃO MUNICIPAL

EDUCAÇÃO INFANTIL

CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

Prioridades

- Atendimento de qualidade às crianças que frequentam a educação infantil.
 - Reformulação do Currículo da Educação infantil.
 - Elaborar padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das escolas como instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças; ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo.
 - Avaliação contínua do processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento das atividades internas organizadas pela equipe gestora da qual fazem parte todos os funcionários da escola sem distinção de cargo ou função.
 - Avaliação contínua que valorize as descobertas e as investigações realizadas na escola.
 - Avaliação contínua para que o professor reflita sua prática.
 - Buscar atendimento com psicólogos, fonoaudiólogos e demais profissionais adequado para a Educação infantil.

Objetivos e Metas

- Ampliar a oferta da Educação Infantil.
- Assegurar que o município tenha definido sua política para a Educação Infantil, como bases nas diretrizes nacionais nas normas

complementares e nas sugestões dos referenciais curriculares nacionais e reformulação do currículo.

- Proporcionar conteúdos contextualizados, visando o desenvolvimento integral da criança nos aspectos cognitivo, linguístico, afetivo, psicomotor e socioemocional.
- Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, como referência para supervisão, controle e a avaliação.
- Proporcionar um ambiente interno e externo que auxilie o desenvolvimento das práticas de ensino e que estejam de acordo com as diretrizes curriculares da educação infantil.
- Avaliação do processo ensino-aprendizagem desenvolvidos pelos professores e equipe gestora, para reflexão sobre o trabalho desenvolvido, seguido de ação pós-análise e identificação para melhorias. Constar no Calendário Escolar.
- Buscar apoio de profissionais da área da saúde para atender a Educação Infantil e as crianças especiais.

GESTÃO

Prioridades

- Reformular a lei 709/2002.
- Priorizar o atendimento, em tempo integral, para crianças menores de famílias de baixa renda, cujos pais trabalhem fora e/ou crianças que ficam em abrigo ou sob tutela de avós ou outro parentesco.
- Fortalecer a dimensão pedagógica da escola.
- Promover momentos de reflexão sobre a prática educacional.
- Reelaborar e executar a proposta pedagógica da escola.
- Completar o quadro de funcionários da equipe gestora.

Objetivos e Metas

- Assegurar que o município tenha definido sua política com bases nas legislações da Educação Infantil.
- Estruturar as escolas de recursos pedagógicos e tecnológicos.
- Reformular a lei Municipal 709/2002 a fim de contemplar claramente os direitos dos profissionais da educação.
- Assegurar que todas as instituições de Educação Infantil tenham reformulado seus projetos pedagógicos.
- Implantar conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar e local na melhoria do funcionamento das instituições de Educação Infantil.
- Elaborar projetos extraclases, buscando autonomia do aluno enquanto cidadão.
- Buscar apoio de atendimento ao educando tais como: Conselho Tutelar, Assistência Social e profissional das diversas áreas da saúde.

ATENDIMENTO DA DEMANDA

Prioridades

- Universalizar o atendimento para crianças de 4 e 5 anos.
- Atendimento a crianças de 1 a 3 anos.
- Oferecer Educação Infantil em creches e pré-escolas.

Objetivos e Metas

- Ampliar a oferta de Educação Infantil de forma a elevar o índice de 5% para 10%, da população de até 03 anos de idade e de 30% da população de 04 e 05 anos para 100% até o final da década.
- Adequar o atendimento à aprendizagem de acordo com a realidade da clientela.

- Buscar parcerias com a iniciativa privada para aumentar a demanda de vagas de educação infantil.
- Construir novas salas para atender a demanda.
- Oferecer o serviço de cuidador para atender as crianças de maior comprometimento.

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

Prioridades

Padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) públicas que, respeitando as diversidades regionais, assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- Espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- Instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
- Instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;
- Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo;
- Mobiliários equipamentos e materiais pedagógicos;
- Adequação às características das crianças especiais;
- Instalação de pátios cobertos e parques infantis.

Objetivos e Metas

- Estrutura e instalações adequadas para o preparo da alimentação e o bem-estar dos profissionais.

- Aquisição de mobiliários e materiais pedagógicos adequados para a Educação Infantil, adequando às características das crianças com necessidades especiais.
- Adaptar as escolas para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.
- Espaço interno com iluminação insolação ventilação, visão para espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário.
- Mobiliários e materiais pedagógicos.
- Instalações internas e externas para o desenvolvimento de atividades pedagógicas.
- Adequação às características das crianças com necessidades especiais.
- Dotar as salas de aula com bebedouro.
- Climatizar as escolas.
- Instalações internas e externas para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, incluindo parque infantil, pátio coberto e quadra esportiva coberta.

FORMAÇÃO CONTINUADA E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Prioridades

- Formação continuada para professores.
- Qualificação de pessoal em suas respectivas áreas de atuação.
- Observar o cumprimento das metas estabelecidas referentes à educação de forma geral.
- Priorização da capacitação de profissionais no processo de inclusão.
- Reajuste salarial anualmente.

- Progressão salarial mediante o Plano (lei 709/2002 – Plano de carreira).
- Oportunizar condições adequadas de trabalho, visando o bem-estar dos profissionais de Educação.
- Exigir o cumprimento do horário de planejamento.
- Formação continuada para toda a equipe escolar.

Objetivos e Metas

- Observar e priorizar as metas estabelecidas para a educação.
- Progressão salarial (lei 709/2002 – Plano de carreira).
- Atenção especial à formação continuada dos profissionais da Educação Infantil, dada à relevância de sua atuação como medidor no processo de desenvolvimento e aprendizagem.
- Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços da Educação Infantil.
- Estabelecer avaliação para o corpo docente e de gestão a fim de melhorar a qualidade do ensino.
- Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho.
- Garantir que pelo menos 50% do horário destinado ao Planejamento sejam cumpridos na escola.
- Garantir formação para os profissionais da Educação que atenda as crianças em relação às várias necessidades especiais.

EDUCAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL

CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

Prioridades

- Identificar os sucessos, lacunas, desvios e perdas, a fim de possibilitar a indicação de alternativas que concretizem melhorias e qualidade no processo ensino-aprendizagem.
- Avaliação contínua do processo ensino-aprendizagem e desenvolvimento das atividades internas, organizadas pela equipe gestora da qual fazem parte todos os funcionários da instituição sem distinção de cargo ou função.
- Avaliação contínua que valorize as descobertas e as investigações realizadas na escola.
- O currículo de ensino fundamental deve ter uma base curricular nacional comum.
- Tratamento direcionado às escolas rurais.
- Avaliação institucional.

Objetivos e Metas

- Manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação, estabelecendo entre seus critérios a adequada abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduza estereótipos a cerca do papel da mulher, do negro e do índio.
- Tratar a Educação Ambiental como componente curricular nas séries finais e como tema transversal nas séries iniciais.
- Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania.
- Estabelecer uma aprendizagem significativa para a vida do aluno com âmbito de formar cidadãos críticos.

- Realizar estudos que levará em conta as contribuições da diferentes culturas e etnias para formação do povo brasileiro: indígena, africana e europeia.
- Promover o desenvolvimento cultural dos alunos: poesia, literatura, conto e dança.
- Elaborar projetos extraclases, visando fortalecer a dimensão pedagógica, buscando a autonomia do aluno enquanto cidadão.
- Desenvolver projetos assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil.
- Zelar pela aprendizagem dos alunos, provendo meios de recuperação dos alunos de menor rendimento.
- Adequar conteúdos curriculares e metodologias apropriadas e reais aos alunos da zona rural.
- A avaliação institucional deve ser realizada pelos pais e professores.
- Reformular os currículos.
- Garantir aos alunos com necessidades educacionais especiais as adaptações curriculares necessárias a suas peculiaridades a fim de promover sua inclusão e permanência na escola.
- Visar um desenvolvimento curricular voltado para preparar o aluno para participar das benesses da empresa

GESTÃO

Prioridades

- Garantir a reformulação e executar dos Projetos Pedagógicos das escolas de acordo com as Diretrizes Curriculares e Parâmetros Curriculares Nacionais.
- Garantir a participação da comunidade nas escolas.
- Fortalecer a dimensão pedagógica da escola (equipe gestora)

- Transformar as escolas multisseriadas em escolas polos de acordo com as possibilidades e demanda.
- Promover momentos de reflexão sobre a prática educacional.
- Completar o quadro de funcionários da equipe gestora.
- Contratar inspetor de pátio, principalmente em escola de grande porte, garantindo assim maior segurança.
- Criação do Departamento de Educação Especial.
- Dotar as escolas de recursos financeiros.
- Garantir capacitação para a equipe gestora anualmente;
- Criação de fundos com gerenciamento da própria escola de acordo com o número de alunos.
- Viabilizar recursos e logística necessária ao desenvolvimento de projetos educacionais, esportivas, artísticos e de iniciação científica em contraturno e nos finais de semana segundo critérios definidos pela Secretaria Municipal de Educação, Conselhos Escolares e Universidades.

Objetivos e Metas

- Assegurar que a cada ano todas as escolas tenham reformulado seus projetos pedagógicos regidos das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e dos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando a instituição dos conselhos ou órgãos equivalentes.
- Transformar as escolas multisseriadas em escolas polos de acordo com a demanda
- Participação dos profissionais de educação e comunidade escolar na reelaboração do Projeto Pedagógico da escola.

- Buscar apoio para atendimento ao educando tais como conselho tutelar, assistência social e profissional das diversas áreas da saúde.
- Promover momentos de reflexão sobre a prática educacional envolvendo todos os segmentos.
- Dotar as escolas de recursos financeiros.
- Garantir o número de profissionais necessários para assegurar a qualificação do trabalho de coordenação pedagógica.

ATENDIMENTO DA DEMANDA

Prioridade

- Assegurar a universalização do Ensino fundamental.
- Criação de políticas educacionais destinadas à correção das distorções idade/série.
- Ter condições próprias para a aprendizagem de jovens com mais de 14 anos no ensino fundamental.
- Tratamento direcionado às escolas rurais.
- Criação dos conselhos escolares, que deverão orientar-se pelo princípio democrático da participação.
- Supervisionar os estabelecimentos de ensino.

Objetivos E Metas

- Criação de políticas educacionais.
- Condições próprias para a aprendizagem de jovens com mais de 14 anos.
- Prover de transporte escolar para as escolas rurais, com a colaboração financeira da União e do Estado de forma a garantir a escolarização dos alunos.
- Criar um programa que atenda a realidade das jovens e adultos que estão fora da faixa etária no Ensino Fundamental.

- Implantação de Seriado Semestral no Ensino Fundamental onde houver demanda.
- Melhoria das infraestruturas das escolas de acordo com a demanda, como construção de salas de aula e de outras que forem necessárias.

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

Prioridades

- Elaborar padrões mínimos de infraestrutura para ensino fundamental compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos e com as realidades regionais, incluindo:
 - Espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;
 - Manutenção de filtros;
 - Instalações sanitárias e para higiene;
 - Espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar;
 - Adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos com necessidades especiais;
 - Adequar banheiros pátios;
 - Atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;
 - Cadeiras adequadas para a faixa etária;
 - Mobiliário equipamento e materiais pedagógicos adequados à faixa etária.
- Aquisição de literaturas, obras básicas de referências, livros didáticos pedagógicos e material esportivo para todas as escolas, adequados a faixa etária.
- Aquisição de material pedagógico para atender a demanda de alunos com necessidades especiais.
- Informatizar as escolas com instalação de internet.
- Adequar todas as escolas com recursos humanos.

- Melhorar a frota de ônibus do transporte por ônibus com ar-condicionado e bancos estofados.
- Garantir que os transportes terceirizados tenham ônibus com ar-condicionado, bancos estofados acompanhado de um assistente.
- Dotar as escolas de veículos.
- Construir cozinhas com adequação necessárias para armazenar alimentos.
- Realizar reformas nas escolas anualmente principalmente na pintura.

Objetivos e Metas

- Padrões mínimos de infraestrutura de acordo com a realidade de cada escola, incluindo instalações sanitárias e higiênicas; espaço para recreação e esportes; serviço de merenda escolar; atualização e ampliação do acervo literário nas bibliotecas, informática e equipamento multimídia para ensino.
- Adaptar as escolas para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais.
- Aquisição materiais didáticos para alunos com necessidades especiais.
- Informatizar todas as escolas.
- Dotar as escolas de recursos didáticos, tecnológicos e mobiliário.
- Brinquedoteca e manutenção.
- Disponibilizar para as escolas recursos didáticos como: Internet, Laboratório de pesquisas, Livros para consulta, Livros didáticos, Literatura.
- Dispor de um cuidador no transporte terceirizado.
- Melhorar as instalações elétricas das escolas.
- Climatizar as escolas.
- Oportunizar os professores a conseguirem os seus próprios computadores.

- Adquirir veículos para atender as escolas rurais e urbanos para o deslocamento do professor e dos alunos quando necessário.
- Cedência dos espaços físicos para funcionamento do Ensino Médio e Educação a Distância.
- Ampliar a infraestrutura para o atendimento aos alunos de menor rendimento

FORMAÇÃO CONTINUADA E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Prioridades

- Formação para todos os professores em suas áreas.
- Qualificação de pessoal em suas respectivas áreas de atuação.
- Reformular a 709/2002.
- Observar o cumprimento das metas estabelecidas referentes à educação de forma geral.
- Priorização da capacitação de profissionais no processo de inclusão.
- Exclusivo para atuar na escola.
- Progressão salarial anual.
- Oportunizar condições adequadas de trabalho, internet, biblioteca, segurança.
- Avaliação profissional /progressão de 2 em 2 anos.
- Período probatório de 3 anos.
- Formação continuada sem prejuízo ao professor cursista e com repasse.
- Reservar o horário de planejamento na escola.
- Implantar de salário exclusividade.
- Garantir incentivo financeiro para cada 100 horas de curso apresentada em sua área.

- Valorização pelos trabalhos individuais ou interdisciplinares na escola com premiação financeira.

Objetivos e Metas

- Observar e priorizar as metas estabelecidas para a educação.
- Progressão salarial de 2 em 2 anos.
- Estabelecer avaliação para o corpo docente e de gestão a fim de melhorar a qualidade do ensino.
 - Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho.
 - Implantação de programas em parceria com o MEC.
 - Capacitação de todos os profissionais na área de inclusão
 - Implantação de programas de capacitação de professores.
- Oferecer formação continuada na área educação especial, saúde, sexualidade, ética, pluralidade cultural, meio ambiente e tecnologia educacional.
 - Manter programas de formação continuada para todas as áreas.
 - Garantir que pelo menos 50% do horário destinado ao Planejamento sejam cumpridos na escola.
 - Implantar de salário exclusividade.
 - Inserir transporte para deslocamento dos profissionais das escolas de difícil acesso.
 - Auxílio Saúde e Alimentação para todos profissionais da Educação.
 - Auxílio Alimentação para os servidores que deslocam para as escolas da zona rural.

VIII - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Um plano da importância do **PME** tem que prever mecanismos de acompanhamento e avaliação que lhes deem segurança no prosseguimento das ações ao longo do tempo e nas diversas circunstâncias em que se desenvolverá. Adaptações e medidas corretivas conforme a realidade for mudando ou assim que novas exigências forem aparecendo dependerão de um bom acompanhamento e de uma constante avaliação de percurso.

Para acompanhamento e avaliação será criada uma comissão com técnicos da SEMED, representantes do Conselho de Acompanhamento e Controle social do FUNDEB, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar.

Além da avaliação contínua, deverão ser feitas avaliações periódicas, sendo que a primeira será no segundo ano após a implantação do PME.

Por se tratar de um plano de curto, médio e, principalmente, longo prazo, aliado às mudanças que estão sendo implantadas com as reformas Previdenciária e Tributária, este plano é flexível, podendo ser alterado de acordo com as suas necessidades e os recursos disponíveis.

X - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. 11a edição. Brasília, 1989.

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, Brasília, 1996.

BRASIL, Plano Nacional de Educação. Lei nº 10172 de 09/01/2001

BRASIL/CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

BRASIL/CNE/CEB. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação
Censo Escolar 1999 a 2006.

Didonet, Vidal. *Apresentação de Plano Nacional de Educação – Texto legal –*
Legislação. Editora Plano, Brasília -2001

Lei de Responsabilidade Fiscal

Lei Orgânica do Município

Monlevade, João A. *Plano Municipal de Educação. Fazer para acontecer,* Idéia
Editor, Brasília, 2002.